

-----ATA N.º 3-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

----- Aos 27 dias do mês de abril de 2021, pelas 21.00h reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no salão nobre dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, assegurando o cumprimento das normas em vigor de afastamento físico resultantes da pandemia COVID-19, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- **1 - P. n.º 7/AM/2021** - Informação COVID-19;-----
- **2 - P. n.º 8/AM/2021** - Votos, moções e recomendações;-----
- **3 - P. n.º 19/CM/2021** - Proposta de 3.ª e 4.ª revisão ao Orçamento e de 2.ª e 3.ª revisão às Grandes Opções do Plano de 2021 do Município de Torres Vedras; -----
- **4 - P. n.º 20/CM/2021** - Proposta de criação de taxa de ocupação do domínio público hídrico do Estado;-----
- **5 - P. n.º 21/CM/2021** - Proposta de autorização para contratação de empréstimo de médio/longo prazos para financiamento da reabilitação de edifícios destinados a residências universitárias, até ao montante de € 361.646,18; -----
- **6 - P. n.º 22/CM/2021** - Proposta de autorização de compromissos plurianuais - Empreitada para o reservatório do Ameal;-----
- **7 - P. n.º 23/CM/2021** - Proposta de autorização de repartição de encargos e de compromissos plurianuais - Aluguer operacional de 4 veículos de recolha e transportes de resíduos urbanos, novos e sem uso; -----
- **8 - P. n.º 24/CM/2021** - Proposta de autorização de repartição de encargos da empreitada para reabilitação de edifício para Unidade de Saúde de São Pedro da Cadeira; -----
- **9 - P. n.º 25/CM/2021** - Proposta de estratégia local de habitação do Município de Torres Vedras;-----
- **10 - P. n.º 26/CM/2021** - Proposta de plano municipal para a integração de migrantes 2020-2022;-----
- **11 - P. n.º 27/CM/2021** - Protocolo de cooperação para a igualdade e a não discriminação – nomeação do/as conselheiro/as locais para a igualdade e constituição da equipa para a igualdade na vida local (EIVL) - tomada de conhecimento;-----
- **12 - P. n.º 28/CM/2021** - Minuta do acordo de transferência de competências de gestão de património imobiliário público nos termos do Decreto-lei n.º 106/2018 de 29/11 - “Hospital Dr. José Maria Antunes Júnior - Hospital do Barro” - tomada de conhecimento;-----
- **13 - P. n.º 9/AM/2021** - Relatório Anual de 2020 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras - tomada de conhecimento; -----
- **14 - P. n.º 10/AM/2021** - Apreciação de Informação do presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município; -----
- Informação sobre competências delegadas:-----

----- **14.1 - P. n.º 11/AM/2021** - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 9/11/2017); -----

----- **14.2 - P. n.º 12/AM/2021** - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2018);-----

----- Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (segundo secretário).-----

----- Estiveram presentes os deputados municipais: -----

----- Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldes, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Ana Paula Santos Mota, Maria Manuela Hortas Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, António Joaquim Espírito Santo, António José Silva Alves, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martin e José Augusto Nozes Pires.-----

----- Estiveram ainda presentes o presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os vereadores, Marco Henriques Claudino, Laura Maria Jesus Rodrigues, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas, Maria João Pinto Correia e Cláudia Sofia Horta Ferreira.-----

Período aberto à intervenção do público.-----

----- O presidente da Mesa iniciou a sessão informando que tinham dois cidadãos para intervir, a quem deu de imediato a palavra:-----

TERRENO COM MOINHO EM TORRES VEDRAS: -----

----- O cidadão **Miguel Maneca** disse que veio apresentar o assunto ao plenário no sentido de sensibilizar a Câmara Municipal para a análise duma lei que limita a construção na proximidade de moinhos.-----

----- Com este propósito deu nota que há cerca de 3 meses contactou a proprietária dum terreno na freguesia da Carvoeira com a intenção de aí constituir habitação familiar, tendo durante o processo de negociação solicitado à Câmara Municipal informações relativas ao terreno e eventuais limitações

que pudessem subsistir devido há existência no mesmo de um moinho. -----

----- Nesta sequência a Divisão de Gestão Urbanística informou que “qualquer edificação que se pretenda construir no interior do raio de 50m a contar do perímetro de cada moinho, sendo pertença ou não do requerente, deverá sempre possuir a sua cumeeira abaixo da cota de soleira dos mesmos”. -----

----- Também referenciou o regulamento do PDMTV, publicada no Diário da República, 2.ª série N.º 33 de 15/02/2008, que determina no seu art.º 66.º ponto 2, “A área de salvaguarda dos elementos do património natural, arqueológico e arquitetónico considerados valores a proteger, constantes do anexo II, abrange a área envolvente ao elemento, até 50 metros, medidos a partir dos limites exteriores do mesmo”. -----

----- Assim e embora parabenizando a Câmara Municipal de Torres Vedras por tomar iniciativa de proteger um símbolo da zona Oeste que tem sido desfigurado com inúmeras construções por parte dos proprietários, salientou que este moinho está neste momento num estado de abandono e sem qualquer manutenção visível, situando-se a norte num terreno plano e dentro da povoação. -----

----- Pelo exposto solicitou que a Câmara Municipal de Torres Vedras avalie este caso específico e permita fazer a construção de uma habitação térrea de estilo moderno a sul com um afastamento de 15 a 20m do referido moinho, sem danificar o seu valor paisagístico, fazendo obras de recuperação estética e à devida manutenção que ele merece. No fundo, veio pedir ajuda para preservar este moinho.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MODERNIZAÇÃO DA LINHA DO OESTE: -----

----- O cidadão **Humberto Gomes**, em representação da Plataforma Runa Acontece, começou por defender que a necessidade da modernização da Linha do Oeste, é uma realidade, com que os runenses também se regozijam, pois finalmente e depois de 40 anos, o interior do concelho passa a ter uma alternativa de transporte público.-----

----- Prosseguiu dando nota que desde novembro de 2020 que esta Plataforma, tem vindo a alertar para uma série de situações em Runa com o projeto da modernização da Linha do Oeste lamentando que prevê uma subestação de tração, para a qual os runenses não tiveram oportunidade de dar a sua opinião conforme a lei obriga. -----

----- A localização da primeira alternativa desta subestação, ficava muito perto de habitações, a escassos metros da localidade, deixava um impacto negativo ao meio ambiente e paisagístico, e entre outros aspetos negativos, colocava em perigo a saúde pública e até um caminho romano iria destruir. -----

----- Depois de uma reunião nos Paços do Concelho em Torres Vedras no passado dia 23 de março, a Infraestruturas de Portugal (IP), apresentou uma nova alternativa para a subestação de tração na

encosta do Moinho Velho, já entrando na zona arqueológica do Penedo, ou seja, só dista 50 metros da localização anterior. -----

----- Após uma sessão informativa realizada no dia 25 de Abril, para a qual esta Plataforma convidou a população para ouvir a sua opinião, os runenses continuaram a não aceitar que lhe seja construída mesmo à porta uma central de muito alta tensão (MAT), e quer tomar medidas de forma a que não seja ali construída. -----

----- Lembrou que durante a já citada reunião nos Paços do Concelho, a Plataforma Runa Acontece apresentou 4 localizações alternativas que não tiveram o acolhimento da Infraestruturas de Portugal: junto da Quinta das Lezírias; junto da encosta da Quinta Granja; do lado da atual subestação da Zibreira; e na encosta da Almagreira em frente ao apeadeiro de Runa (por detrás da ETAR) e de forma surpreendente veio com alternativas a serem estudadas para a deslocação do apeadeiro mais perto de Runa, ou seja do outro lado do rio junto do Parque Verde, e também para a Passagem Superior de forma a suprimir a Passagem de Nível.-----

----- Acrescentou que os runenses não compreendem os argumentos económicos que foram apresentados pela IP para a alternativa para a encosta da Almagreira, pois o local tem todas as condições para que a subestação de tração seja construída sem problemas.-----

----- Concluiu dizendo que cabe ao plenário ajudar a resolver este assunto porquanto Runa e a região interior do concelho de Torres Vedras merece outro tratamento da Infraestruturas de Portugal e da Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

----- O primeiro secretário, leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro de atas.----

-----Anota-se que foram numerados 14 documentos que a seguir se indicam:-----

DOCUMENTO 1:-----

----- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP, de 23/02/2021, a remeter para conhecimento informação no âmbito do processo legislativo sobre a reposição das freguesias extintas, dando nota que o PCP honrando os compromissos assumidos com as populações continuará a intervir de acordo com a vontade das populações -----

DOCUMENTO 2:-----

----- Ofício do Grupo Parlamentar do PSD, datado de 23 de fevereiro último a remeter o Projeto de Resolução 806/XIV/2 “Afetação das verbas remanescentes da execução do PART em 2020 reaffectando às autoridades de transportes que delas necessitem pela sua elevada taxa de execução.” -----

DOCUMENTO 3:-----

-----E-amil do Grupo Parlamentar Os Verdes, de 16/03/2021 a informar o agendamento para discussão na Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território as seguintes iniciativas: Projeto de Resolução n.º 953/XIV/2.^a – Recomenda ao Governo a adoção de medidas de incentivo à utilização de artigos de higiene reutilizáveis destinados à primeira infância e Projeto de Resolução n.º 1084/XIV/2.^a – Recomenda ao Governo medidas de combate à pobreza energética.-----

DOCUMENTO 4:-----

-----Ofício CD/JV/eb/0078/2021, da Associação Nacional de Freguesias, datado de 14/01/2021 a agradecer e que tomaram a devida nota da Moção “Repór as Freguesias extintas – um imperativo democrático, remetida por este órgão.-----

DOCUMENTO 5:-----

-----E-mail da USF Arandis – ACES Oeste Sul, de 22/03/2021, a remeter para conhecimento relatório de atividades e carta de qualidade. -----

DOCUMENTO 6:-----

-----E-mail da Assembleia Municipal de Viseu, de 4/04/2021 a remeter comunicação a lamentar o falecimento do Presidente da Câmara de Viseu António Joaquim de Almeida Henriques, na sequência da doença COVID-19. -----

DOCUMENTO 7:-----

-----E-mail do Grupo Parlamentar do PCP, de 5/04/2021 a remeter para conhecimento e divulgação, pergunta que endereçou ao Ministério das Infraestruturas e Habitação sobre a situação e futuro dos CTT, os resultados e as ameaças da gestão privada. -----

DOCUMENTO 8:-----

-----E-mail do Grupo Parlamentar Os Verdes, de 5/04/2021 a informar o agendamento em discussão no plenário da Assembleia da República a seguinte iniciativa: Projeto de Lei n.º 72/XIV/1.^a – Determina a não repercussão sobre os utentes das taxas municipais de direitos de passagem e de ocupação de subsolo. -----

DOCUMENTO 9:-----

-----E-mail do Grupo Parlamentar Os Verdes, de 6/04/2021 a informar o agendamento em discussão no plenário da Assembleia da República a seguinte iniciativa: Projeto de Lei n.º 748/XIV/2.^a – Instrumentos de gestão do arvoredo em meio urbano. -----

DOCUMENTO 10:-----

-----E-mail do grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, de 8/04/2021 a dar conhecimento de projeto de Lei para capacitar os municípios para a prevenção de incêndios que será levada a votos na Assembleia da República, e que se prende com o planeamento das intervenções em faixas de gestão de combustível como forma de prevenção e proteção de pessoas e bens contra incêndios.

DOCUMENTO 11:-----

----- E-mail do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, de 8/04/2021 a dar conhecimento de comunicado sobre a situação no ACES Oeste Sul – “No ACES Oeste Sul/Torres Vedras pululam a incompetência, a perseguição e a impunidade.” -----

DOCUMENTO 12:-----

----- E-mail da Comissão Coordenadora Concelhia de Torres Vedras do Bloco de Esquerda, de 26/04/2021 a remeter o projeto de resolução do BE relacionado com o Centro Hospitalar do Oeste – “Pela urgente criação de uma Unidade de Cuidados Intensivos no CHO.”-----

DOCUMENTO 13:-----

----- E-mail da Plataforma de cidadãos para a valorização de desenvolvimento de Runa - Runa Acontece, de 27/04/2021 a dar conhecimento da sessão de informação à população de Runa no dia 25 de abril de 2021, sobre a Modernização da Linha do Oeste.-----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

DOCUMENTO 14:-----

----- E-mail de Maria Teresa Lopes Oliveira, de 25/04/2021 a informar que por motivos pessoais, será substituída na sessão prevista para os dias 27 e 29 de abril por José Augusto Nozes Pires. -----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ALÍNEA C) DO ART.º 18.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

DOCUMENTO 15:-----

----- E-mail da Junta de Freguesia de São Pedro da Cadeira, de 27/04/2021 a informar que o seu presidente Carlos Gomes, será representado na sessão por António José Silva Alves. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida.-----

INTERVENÇÃO DE CIDADÃO SOBRE MOINHOS:-----

----- Na sequência da intervenção do cidadão sobre o assunto em título, *o deputado municipal António Carneiro* disse que quando foi vereador participou na regulamentação municipal dos 50 m, por causa do moinho do Caixeiros, uma vez que na altura se pretendia construir uma habitação na sua proximidade. Não sabe se está ainda em vigor, mas gostaria de sensibilizar o Executivo para uma análise à exposição que foi feita.-----

----- Disse ainda que a sua intervenção foi no sentido de lembrar que essa norma permitiu ter hoje o moinho dos Caixeiros com uma outra função. -----

----- O **presidente da Câmara** deu nota que o quadro regulamentar da construção de moinhos, decorre do Plano Diretor Municipal de Torres Vedras.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ROTUNDA BARRO:-----

----- O *deputado municipal António Carneiro* assinalou a sua satisfação por ter verificado a

existência de uma vinha no separador central da Avenida da Liberdade, entre a rotunda do Barro e a do Centro Paroquial. Achou a ideia genial, não se recordando nos últimos anos de algo que tanto lhe agradasse, feito de uma forma tão simples, sugerindo o aproveitamento da mesma ideia para o espaço em frente ao monumento ao Trabalhador Rural.-----

-----O **presidente da Câmara** agradeceu as palavras que reconhecem o trabalho que desenvolveram na melhoria do espaço urbano e que dá nota da identidade torriense. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SAUDAÇÃO POLÍTICA – DR. JORGE COELHO: -----

-----O *deputado municipal António Carneiro* interveio em nome do Grupo Municipal do PS para uma saudação/evocação a um político que os deixou. -----

-----Assim deu nota que este político não tinha ligações a Torres Vedras, mas o Dr. Jorge Coelho, que teve o privilégio de conhecer há muitos anos em Macau, teve um percurso exemplar, pois foi alguém que teve poder ao seu alcance e que teria tido um percurso invejável seguramente não tivesse abandonado a vida política, concretamente, enquanto deputado da Assembleia da República em 2006.-----

-----Salientou que foi um grande ministro e sobretudo um homem que os surpreendeu a todos pelo inusitado, aquando da tragédia de Entre os Rios, de que não era culpado, assumindo a responsabilidade desse facto com a dignidade que só os grandes políticos têm, o que não era habitual, depois dele outras coisas teriam justificado o mesmo e ninguém teve essa hombridade, essa atitude tão nobre.-----

-----Terminou a sua vida enquanto cidadão ímpoluto, exemplo de homem trabalhador que investiu numa empresa com 50 trabalhadores na sua própria terra, Mangualde, que muito amava, ao contrário de outros que investem no estrangeiro e que sediam as suas empresas lá fora, uma atitude notável de quem tinha a passadeira vermelha estendida mas que preferiu o recato da vida privada, e o Grupo Municipal do PS orgulha-se de ter tido entre os seus, uma figura como o Dr. Jorge Coelho que aqui saúdam com amizade, com respeito, saudando uma memória que fica dele. -----

-----O **presidente da Assembleia** subscreveu estas palavras.-----

-----O *deputado municipal Nozes Pires* solidarizou-se e juntou-se à homenagem que no seu entender devem prestar a um político como foi o Dr. Jorge Coelho, que indiscutivelmente, fosse ou não adversário, foi um espantoso político. -----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* associou-se à homenagem à memória do Dr. Jorge Coelho, político ímpoluto, com quem pode privar pessoal e profissionalmente quando exerceu funções enquanto ministro da Administração Interna, equipa da qual também fez parte.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

25 DE ABRIL DE 2021 - INAUGURAÇÃO DA PRAÇA 25 DE ABRIL (LARGO DA GRACA) E DO

CENTRO DE ARTES E CRIATIVIDADE DE TORRES VEDRAS:-----

----- O *deputado municipal* **Nozes Pires** elogiou o Centro de Artes e Criatividade (CAC), uma obra arquitetónica de categoria internacional que no seu entender virá a ser emblemática de Torres Vedras, na qual o contraste irónico, entre ao que o povo chama de “caixote”, com sua fachada barroca, dá-lhe um ar absolutamente excecional, uma obra pós-modernista perfeita.-----

----- Espera que dentro do mesmo não se guardem apenas como armazém as magnificas obras que se perfilaram nos Carnavais anteriores, mas que seja um local onde os artistas possam temporariamente produzir obras de arte, que possam ser ou não exibidas em desfiles carnavalescos, pois o Carnaval faz parte de uma tradição portuguesa que é verdadeiramente excecional e Torres Vedras fica muitíssimo bem nesse filme da sátira inteligente. -----

----- O *deputado municipal* **Luís Carlos Lopes**, começou por aludir ao facto de esta ser a primeira sessão ordinária depois da sessão solene do 25 de abril, e também depois da inauguração da Praça 25 de abril, para o qual foram convidados.-----

----- Aludiu também que o presidente da Assembleia Municipal ao longo deste mandato tem pugnado pela dignidade deste órgão, não crendo que esteja a mudar agora a 6 meses de eleições autárquicas e tenha esquecido tudo o que fez nestes últimos 3 anos.-----

----- Nesta sequência veio manifestar como membro da Assembleia Municipal e também como munícipe e folião, que se sentiu indignado com o que aconteceu no dia 25 de abril, dia da liberdade, quando os membros do órgão deliberativo foram completamente desvalorizados para o ato inaugural do CAC, para o qual o Presidente da Assembleia Municipal não pugnou, porque se trata de um fórum arquitetónico que todos pretendem conhecer e de fruir e merecia que todos estivessem presentes.

----- Assim, lembrou que a capacidade do CAC é de 59 pessoas, mas no seu exterior existe uma praça pública muito grande, onde se realizou o cortar de fita e bênção, não havendo razão para que não pudesse ter havido uma inauguração como tinham feito já em tempos de pandemia em Dois Portos nas novas instalações do *Smart Farm Colab*. -----

----- Deu nota ainda que nesse mesmo dia, mais tarde foi por proporcionada por grupos uma visita, que não relevou, pois considera o ato inaugural uma cerimónia importante e marcante. Não há pandemia nenhuma que desculpe esta falta de capacidade e de previsibilidade para que todos os membros da Assembleia Municipal estivessem presentes.-----

----- Noutra vertente, deu nota que para a inauguração do CAC também não foram convidadas algumas entidades carnavalescas, com o qual também se indignou pois não faz sentido, que os mais diversos grupos, alguns deles protagonistas dos momentos mais inimagináveis, mais bonitos de Torres Vedras, não estivessem representados. -----

----- Para além disso, viu nas imagens que foram transmitidas algumas pessoas que não entendeu a razão de terem sido convidadas, e que reforçou a sua convicção que a inauguração poderia ter

sido delineada de outra forma. Achou que foi uma nódoa neste mandato e também uma nódoa na capacidade do presidente da Assembleia Municipal, que muito valoriza e estima, pensando que não mudará agora até ao final do mandato só porque estão em período pré-eleitoral -----

----O **presidente da Assembleia** tomou a palavra para se defender dessa alegada falta de capacidade.-----

----Nesse propósito começou por dar nota que não se recorda que a questão protocolar alguma vez tenha sido suscitada nas obras que a Câmara Municipal inaugura e que estava longe de imaginar que a inauguração do CAC iria gerar o mal-estar que a intervenção do deputado municipal Luis Carlos Lopes evidenciou, porque recebeu o seu convite como recebe em tantas outras situações análogas, não tendo sido visto nem achado no ato de inauguração, e também não está nas competências da Assembleia Municipal muito menos do seu presidente e achou normal.-----

----Relativamente aos demais colegas membros da Assembleia Municipal, só percebeu de que havia um mal-estar, no próprio dia da inauguração de manhã, tendo tomado a iniciativa de contactar o edil, que lhe explicou que tinha sido fixado um limite de 20 pessoas e nesse contexto a Assembleia Municipal tinha sido convidada na pessoa do seu presidente.-----

----Naquela altura, reconheceu que já não havia condições, se fosse esse o propósito do edil, de delinear a inauguração noutros termos, não tendo em consciência nada que o acuse de ter descurado o que quer que fosse.-----

----Também para se pronunciar sobre este assunto tomou a palavra o **presidente da Câmara** esclarecendo que a responsabilidade do ato inaugural é dele e dentro do contexto de pandemia que vivem e de acordo com a capacidade do centro para realizar a inauguração do CAC, delinearão vários momentos para que os deputados municipais pudessem estar presentes neste dia.-----

----Desse modo e tendo em conta a capacidade máxima da sala dos discursos, o ato inaugural contou com 20 pessoas e a par disso foram convidados para visitar o local os deputados municipais em dois grupos às 17.00h e 19.00h. Foi dentro desse contexto que planearam o ato inaugural e se o deputado Luis Carlos Lopes sentiu uma atitude menos correta da sua parte enquanto presidente da edilidade, só lhe resta pedir desculpa.-----

----Não houve qualquer lapso de protocolo, apenas se limitaram a cumprir as regras que tinham definido e se teve decisões difíceis ao longo dos últimos meses, esta também foi, mas tomou-a em consciência e a bem da saúde de todos.-----

----O *deputado municipal* **António Carneiro** saudou a elevação com que o deputado municipal Nozes Pires tratou o assunto da inauguração do CAC.-----

----Também o *presidente de junta da Ponte do Rol*, **Pedro Vaza** subscreveu as palavras do deputado ao parabenizar o CAC e assinalou a configuração airosa do Jardim da Graça.-----

----Sobre as inaugurações levadas a cabo do passado 25 de abril o *deputado municipal* **Jacinto**

Leandro frisou a qualidade e bom gosto do CAC, que conjuga o moderno e o passado, o presente e o futuro e lhes transmite o potencial que poderá ali existir sobretudo no desenvolvimento do *design* e da criatividade que o Carnaval e não só permite.-----

-----Relativamente ao ato inaugural do CAC, informou que esteve presente às 17.00h, sabia e entendeu que não podiam lá estar todos na inauguração oficial, estando, contudo, convencido que o edil faria gabarito numa inauguração de pompa e circunstância como aquela obra merecia. Saudou a execução desta obra simbólica que há muito tempo vem constando do programa de atividades e que finalmente está posta ao serviço da comunidade.-----

-----No que concerne à requalificação da Praça 25 de Abril, assinalou o facto de há muitos anos se falar em terem acessos fáceis e acessíveis, quer para a igreja da graça, quer para o museu e a sua articulação com todo o conjunto da praça, para além de condições que permitissem o desafogar daquela zona no que diz respeito à presença permanente e maciça de veículos de todo o tipo.-----

-----Reforçou que deste modo podem usufruir de uma praça acolhedora onde os carros continuam a circular apenas num sentido, mas a ligação entre a parte monumental e centro histórico é feita com mais elegância e mais abertura, ganhando assim mais uma centralidade que Torres Vedras não tinha.-----

-----Numa última nota o **presidente da Câmara** agradeceu as palavras elogiosas dos deputados municipais relativamente ao CAC e à requalificação da Praça 25 de Abril.-----

-----Usou da palavra ainda relativamente à intervenção que foi feita no largo da Graça o *deputado municipal Sérgio Jacinto* para assinalar que a mesma é menos prejudicial para a cidade, para o concelho, para a mobilidade, para os comerciantes e para o comércio tradicional assim como para o acesso ao centro histórico do que foi o encerramento, esse sim bastante gravoso, do Largo de S. Pedro.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS – ENTRADA NASCENTE DA CIDADE:-----

-----O *deputado municipal Nozes Pires* deu nota que está concluído o passeio nesta via, uma pequena obra que irá contribuir para aumentar a qualidade de vida naquela zona da cidade, solicitando continuidade noutros sítios onde não haja passeios.-----

-----Também o *presidente de junta da Ponte do Rol, Pedro Vaza* elogiou a entrada nascente da cidade, considerando que está muito funcional.-----

-----O **presidente da Câmara** agradeceu palavras.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SUBSÍDIO DE PENOSIDADE E RISCO:-----

-----O *deputado municipal Nozes Pires* questionou se os trabalhadores da CMTV/SMAS têm estado a receber subsídio relativo à insalubridade e penosidade.-----

----- O **presidente da Câmara** informou que estão a ultimar o procedimento para ser agendado numa próxima reunião do Executivo. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

LINHA DO OESTE: -----

----- O *deputado municipal Rui Prudêncio* pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção: -----

----- “Deixada ao abandono durante décadas, sem qualquer tipo de intervenção de melhoria, a Linha do Oeste perdeu praticamente toda a sua função de transportar pessoas e mercadorias do, e para o Oeste. As nossas populações e a nossa Terra sofreram com este abandono. -----

----- Era uma via de transporte estruturante e com elevado potencial de desenvolvimento das nossas terras, em particular as do interior do concelho. -----

----- Ninguém compreendia porque é que tendo nós uma via de transporte direta ao centro de Lisboa, ela era sendo substituída por um transporte rodoviário que nos transporta apenas até à entrada de Lisboa. Interesses económicos, dirão uns, erros de visão estratégica dirão outros. -----

----- Seja qual for a razão, a verdade é que quem sente no seu dia a dia estas opções erradas, são os Torrienses. -----

----- Populações inteiras que vêm à sua porta uma forma de se deslocarem, são obrigados a fazer o périplo da via sacra entre diferentes transportes para chegarem a Torres Vedras, a Lisboa ao até às Caldas da Rainha, onde por exemplo, se encontra a outra unidade hospitalar do Centro Hospitalar do Oeste. Não é compreensível, e muito menos aceitável que a situação de abandono desta via de transporte estruturante para todos nós, se mantivesse. -----

----- Estes últimos 6 anos foram tempos de grande luta por parte da Câmara Municipal, em particular do Presidente Carlos Bernardes e por todos os que de uma forma ou outra podiam influenciar e exigir a requalificação desta Linha, junto da tutela. Esta é uma obra do estado central através das Infraestruturas de Portugal, EP. -----

----- As populações exigiram e lutaram muito por aquilo que hoje está a acontecer na Linha do Oeste. A sua requalificação. É um momento de enorme satisfação para mim e para todos os que nunca deixaram morrer esta luta, quando hoje vemos o início das obras nesta linha. -----

----- É um projeto de eletrificação da linha (reduzindo a poluição), supressão de inúmeras passagens de nível (autênticas ratoeiras assassinas), duplicação da linha para maior rapidez dos comboios, que já não necessitam de esperar nas estações para se cruzarem, novas carruagens, mais modernas, mais confortáveis e silenciosas, recuperação dos apeadeiros e estações, mas acima de tudo, a possibilidade de em apenas 55 minutos irmos do centro de Torres Vedras ao centro de Lisboa, ao Rossio sem ter de sairmos do nosso lugar. -----

----- O projeto esteve em discussão pública, onde todos puderam dar os seus contributos e sugestões. -----

-----Sabemos que fazer obra implica alterações, constrangimentos e por vezes impactos na realidade do território, resultantes da tecnologia adotada. Mas este projeto foi avaliado, escortinado e aprovado, seguindo todos os procedimentos legais, ambientais e económicos, por todas as instituições que têm o poder para essas ações, e foi desenhado e redesenhado até cumprir todas as exigências feitas por todos. Inclusive foi criada nesta Assembleia uma Comissão Eventual, para acompanhamento do projeto. -----

-----Até esse momento todas as questões e sugestões foram sendo resolvidas em sede de projeto. É já durante o início da obra que, em Runa surge uma questão que poderá colocar em causa a continuação da obra e até o seu abandono, por parte das Infraestruturas de Portugal, EP. A localização da Subestação elétrica de alimentação da linha. -----

-----Perante o impasse criado entre as populações de Runa e a IP, o Presidente Carlos Bernardes, promoveu uma reunião no dia 23 de Março, em que estiveram presentes a IP, os Líderes dos Partidos Políticos e Grupos de cidadãos com assento nesta Assembleia, os membros da Comissão eventual da Linha do Oeste e da Comissão Permanente de Mobilidade desta Assembleia Municipal, assim como representantes do movimento da população de Runa.-----

----- Foi-nos apresentado todo o histórico do projeto por parte da IP, em que ficou bem evidenciado todos os estudos e opções sobre as possíveis localizações da Subestação, tendo como resultado que a localização apresentada era a que, do lado da IP menos impactos teria, porque cumpria todos os requisitos do estudo de impacto ambiental.-----

-----No entanto e perante o movimento da população de Runa contra a respetiva localização, a IP assumiu desde logo não tinha conhecimento do impacto da identidade e de valor emocional das populações relativamente à localização aprovada em projeto. -----

----- Foi-nos demonstrado que em termos de impacto na saúde, esta subestação representa o mesmo impacto que toda a linha de catenária tem e que nunca foi observado qualquer tipo de influência no ser humano resultado do campo magnético por si gerados. São exemplo disto, a localização de subestações idênticas em locais muitíssimo mais perto das populações, assim como os próprios maquinistas e operadores dos comboios que estão sob essa situação durante toda a sua vida profissional. Quanto ao impacto visual, ele seria muitíssimo minimizado pela colocação de barreiras arbóreas, ao mesmo tempo que cumpriria por excesso, as distâncias mínimas definidas por lei nestes casos. -----

----- Todos os presentes puderam exprimir as suas opiniões, inclusive um representante da família que mais perto reside da localização proposta.-----

----- Perante os argumentos produzidos pelos que exprimiram as suas opiniões, a IP comprometeu-se a efetuar mais alguns estudos no sentido de tentar encontrar uma nova localização que minimize os impactos identificados. No decorrer da reunião ficou também acordado que a IP iria iniciar novos

estudos para a construção da nova passagem superior para eliminar a passagem de nível, assim como iria projetar uma nova estação junto da povoação, uma vez que a existente se encontra muito afastada.-----

----- Estas novas propostas não fazendo parte do projeto inicial, só posso considerar serem um saldo altamente positivo para a população de Runa, que fruto da requalificação da Linha ganharão uma nova estação junto da povoação, a eliminação da passagem de nível, a realocização da subestação e a possibilidade de terem um transporte moderno, acessível, comodo e rápido, quer para a Torres, quer para Lisboa quer para o Norte.-----

----- Ouve entendimento, compromisso e aceitação por parte de todos os que estiveram presentes nessa reunião das propostas apresentadas. Ficamos então a guardar pelas propostas da IP. -----

----- Mas uma coisa tem de ser certa. A requalificação da Linha do Oeste não pode parar, porque toda a população que irá servir, nunca irá compreender, aceitar e muito menos perdoar, aqueles, que desta vez impedirão a sua requalificação, em nome não sei bem do quê.”-----

----- Aproveitando esta esta intervenção o **presidente da Assembleia** usou da palavra para informar que também esteve na aludida reunião com a I.P., tendo no final apontado o saldo positivo que no seu entendimento constituiria a solução que ali foi equacionada. Fez votos que as movimentações que estão a ser desencadeadas nada tenham a ver com calendários eleitorais e que não haja o propósito de manipular a população de Runa exatamente por razões das próximas eleições autárquicas, pois seriam os runenses a perder. -----

----- O **presidente da Câmara** assegurou que este assunto tem vindo a ser tratado em cooperação com a Infraestruturas de Portugal com o objetivo muito claro de poderem encontrar soluções para os problemas que vão surgindo.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ATUALIZAR PLANO DE APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL:-----

----- Sobre o assunto em epígrafe o **deputado municipal João Rodrigues** disse que nesta altura de emergência onde o país se prepara para combater uma crise social e económica grave, também as autarquias são chamadas a esta batalha, especialmente no apoio às pessoas mais vulneráveis e afetadas, sendo do conhecimento de todos que a habitação representa um dos maiores problemas económicos das famílias, cujo peso no orçamento das mesmas é muito elevado. -----

----- A Câmara Municipal tem desde 2010, um Plano de Apoio ao Arrendamento Habitacional no mercado privado, mas acontece que, desde a sua criação nunca foram atualizados os valores máximos da habitação a alugar, nem os montantes a atribuir para cada escalão, e atento as variações do mercado e os preços da habitação em Torres Vedras, bem como do agravamento da situação das famílias carenciadas, não lhe parece admissível, que não haja uma atualização deste programa, pelo que questionou se está prevista uma revisão dos valores e para quando. -----

----- O **presidente da Câmara** respondeu que neste momento não estavam a prever qualquer ajustamento, mas ficou com a referência.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TRANSPORTES URBANOS PARA ESTUDANTES:-----

----- O *deputado municipal João Rodrigues* referiu que os transportes públicos em Torres Vedras, apresentam problemas de serviço público e de qualidade, estando longe de constituírem uma resposta importante na política de mobilidade integrada e global para o concelho e do muito que há por fazer, parece pertinente questionar a razão de o passe escolar não se interligar com o TUT. ---

----- Considera que pelo menos para os estudantes, a esmagadora maioria menores, seria importante garantir a gratuitidade total do trajeto de casa à escola, o que não acontece, recordando que se estava a falar de escolaridade obrigatória, em que as famílias não devem suportar este tipo de custos. -----

----- Deu nota ainda que tem relatos de famílias que custeiam o TUT, para que os jovens não tenham de percorrer parte do trajeto à chuva ou ao frio ou optam pelo transporte próprio, o que é contrário à aposta numa cidade ambientalmente sustentável, ao que acresce o facto de ser pedagógico que os jovens possam criar hábitos de utilização de transportes públicos, como forma de sensibilização para um futuro mais verde.-----

----- Desta forma o BE questiona se não estará nos planos da autarquia encontrar uma solução neste sentido, que possibilite aos alunos utilizarem o TUT nos circuitos respetivos nos dias de semana.--

----- Relativamente à questão colocada o **presidente da Câmara** esclareceu que para os estudantes existe o passe 14/18 que possibilita preços mais acessíveis, resultado dum trabalho que têm vindo a desenvolver para além de terem passes gratuitos em função de determinadas situações. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

OUTDOOR:-----

----- O *presidente de junta de freguesia da Ponte do Rol, Pedro Vaza* deu nota que se deparou com publicidade num *outdoor* que nunca pertenceu ao PS solicitando que seja retirado.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ROTUNDA NA ENTRADA DO TURCIFAL:-----

----- O *deputado municipal Jacinto Leandro* registou com agrado a construção de uma rotunda no local em título, que consiste numa obra muito simples junto a uma das entradas do Turcifal, onde há registo de muitos acidentes, e que crê que vai ajudar a resolver esses problemas de trânsito assim como dar mais qualidade à vila do Turcifal.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AVENIDA DA LIBERDADE – CONSTRANGIMENTO DE TRÂNSITO:-----

----- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* deu nota que o edil e o seu Executivo fecharam a Avenida

da Liberdade e deixaram-na só com uma faixa, consentindo uma alteração a uma empresa do ramo da restauração de modo a que diariamente, principalmente à hora das refeições, não permite a circulação do trânsito, questionando se pensa corrigir de algum modo esta situação.-----

---- O **presidente da Câmara** informou que no momento a correção da envolvente está prejudicada com mais uma intervenção naquela zona, mas os serviços estão a tentar equacionar alternativas para superar as dificuldades que existem nalgumas horas, agradecendo o alerta.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SAUDAÇÃO POLÍTICA – FALECIMENTO DO PRESIDENTE DE CÂMARA DE VISEU: -----

---- O *deputado municipal* **Nuno Henriques** na senda da intervenção sobre o Dr. Jorge Coelho sinalizou o falecimento de um autarca exemplar, o presidente da Câmara de Viseu e vice-presidente da ANMP, António Joaquim de Almeida Henriques, reconhecido no país por todo o seu trabalho e pela sua obra em termos pessoais, que também prematuramente e devido a esta pandemia partiu.

---- O **presidente da Mesa** subscreveu as palavras do deputado.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CARAÇA JUNTO AO MATADOURO:-----

---- O *deputado municipal* **Pedro Castelo** inquiriu se a Caraça que estava exibida junto ao antigo Matadouro vai voltar a ser ali colocada. -----

---- O **presidente da Câmara** informou que não voltará a ser colocada.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ESCULTURA DE ANTÓNIO CHARRUA:-----

---- Reportando-se ao assunto em título, que já por diversas vezes aflorou no plenário, o *deputado municipal*, **Pedro Castelo**, sinalizou o arranjo da escultura, questionando se a intervenção teve por base um plano elaborado por um técnico da autarquia e se teve em conta o tipo de matérias escolhidas para que não haja alteração significativa da obra do autor.-----

---- Sobre esta preocupação o **presidente da Câmara** assegurou que a recuperação da escultura está a ser efetuada de acordo com todas as normas para que a peça seja restaurada na sua originalidade, por uma equipa do setor de obras municipais. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RETIRADA DE PELOUROS À VEREADORA CLÁUDIA HORTA FERREIRA: -----

---- A *deputada municipal* **Rita Sammer** interveio para assinalar a questão em título que esperava tivesse sido abordada no início desta reunião pelo edil, atento o facto de a Assembleia Municipal ter competências de fiscalização e acompanhamento da atividade da Câmara Municipal pois foi com algum espanto que souberam pela comunicação social que o presidente da Câmara teria retirado a confiança política a 2 vereadores e inclusivamente retirou os pelouros à vereadora Claudia Ferreira.

---- Reforçou que esta é uma matéria de enorme importância e pensa que à semelhança do que o

edil fez noutras ocasiões, devia ter aberto esta sessão com uma explicação cabal sobre o assunto, até porque o histórico neste município é de uma baixa exigência e de nulas consequências políticas perante a configuração de crime, como foi o caso da situação de plágio do presidente da Câmara e da questão do roubo de eletricidade por um presidente de Junta, imaginando que aquilo que terá acontecido com a vereadora foi algo de uma gravidade extrema, para não se ter usado o mesmo critério que se usou para estes 2 casos que referiu.-----

---- Assim, questionou em que se sustenta esta acusação, se se tratou de um julgamento sumário e se saltou a parte da presunção da inocência, e atento à gravidade implícita nesta tomada de decisão o que já foi feito em concreto. -----

---- Sobre a questão suscitada ao edil o **Presidente da Mesa** lembrou que foi presidente de Câmara durante 12 anos e nunca foi questionado em plenário sobre a quem atribuiu tempos inteiros ou meios tempos, ou a quem delegou funções ou retirou funções. É uma questão bilateral entre o presidente da Câmara e os vereadores em causa.-----

---- Relativamente aos factos referidos disse que nunca detetou em toda esta questão da parte do edil, nem em público nem em reuniões restritas como são as do PS, a alusão aos mesmos, tratando-se de uma questão de confiança entre quem nomeia e que por isso mesmo pode exonerar, e deste modo, sem querer retirar ao edil o direito e usar da palavra, questionava-se se esta matéria devia ser ali discutida.-----

---- De novo no uso da palavra a *deputada municipal Rita Sammer* disse estranhar que o presidente da Mesa agora tenha que comentar as perguntas que os deputados municipais entendem endereçar ao edil. No seu entendimento, esta matéria é da maior importância, cabendo-lhe fazer essa interpretação, até porque foi veiculada publicamente. Aquilo de que a vereadora foi acusada foi de algo gravoso, consubstancia certamente um crime, tanto que lhes foi dado a conhecer, no exercício das suas funções como vereadora pelo que esta questão objetivamente tem que ser clarificada e julga que cabe aos deputados municipais, no poder discricionário que está inerente às suas funções, colocar as questões que bem entendem. -----

---- Acrescentou que se o edil entender que não tem que responder, assume essa questão, sendo sua prerrogativa, mas a dela enquanto deputada municipal é de colocar as questões e esta é demasiado importante para ser varrida para baixo do tapete. -----

---- Em resposta o **presidente da Mesa** reafirmou que nenhum dos presentes ouviu o edil dizer o que quer que fosse sobre a razão da retirada de pelouros à vereadora.-----

---- A *deputada municipal Rita Sammer* explicou que a sessão em que este acontecimento foi veiculado foi pública, na qual todas as pessoas puderam ouvir a intervenção da vereadora que explicitou o seu ponto de vista e suscitou certamente em todos os torrienses e em si particularmente uma enorme apreensão, pelo que não vão agora escamotear e fazer de conta que não aconteceu.

-----Aquilo de que a vereadora foi acusada configura um crime muito grave sendo importante perceberem o que aconteceu tanto mais se terá tirado vantagem das suas funções, e por essa razão esta Assembleia Municipal tem no mínimo legitimidade para questionar.-----

-----O **presidente da Mesa** de novo questionou quem acusou a vereadora de crime do que quer que seja.-----

-----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* interpelou a mesa relativamente à condução que o presidente da Mesa estava a fazer dos trabalhos, pois estava a tornar-se parcial, facto que já adivinhava a 6 meses das eleições autárquicas.-----

----- Também não compreendeu que tenha trazido à colação o que se passa dentro das reuniões do PS, pois não querem saber o que se lá passa. Como presidente da Assembleia Municipal extrapola as funções partidárias, e contrariamente ao que aconteceu noutras sessões está numa defesa exacerbada do presidente da Câmara que conseguirá defender-se, não precisando dele certamente e responderá se quiser.-----

----- Prosseguiu dizendo que está interventivo de mais para um presidente de um órgão deliberativo, onde tem que ser neutro, senão vai ao púlpito e é um deles.-----

----- A esta interpelação o **presidente da Mesa** respondeu que as alusões que fez a reuniões em vários momentos significaram que nunca ouviu da parte do edil qualquer acusação à pessoa.-----

----- Também numa interpelação à mesa o *deputado municipal Pedro Castelo* disse sentir-se particularmente chocado com a atitude do presidente da Mesa, que no seu admirável percurso autárquico, onde já o viu interpretar muitos papéis, o esteja a ver pela primeira a interpretar o papel de advogado de defesa. Pensa que não lhe fica bem, e devia refletir.-----

----- Saliu que é extremamente difícil justificar o injustificável, não sabendo em que baseia, para referir que, este caso público, notório e falado todos os dias em Torres Vedras não é uma questão lateral. Ainda sobre o assunto disse que o que assistiram ultimamente numa reunião pública do Executivo, é algo que não se lembra de ter visto nos últimos anos em qualquer outro município de Portugal, tendo sido um espetáculo bastante elucidativo daquilo que é uma degradação de um poder político, que começa efetivamente a decair e não acredita que o presidente da Mesa não tenha visto as imagens vezes sem conta.-----

----- Nessa sequência questionou, com base no relato da vereadora na citada reunião, quando o edil pediu para desligar os telefones, se têm escutas ou não dentro da Câmara Municipal, quem foi o idoso e o político da nossa praça que fez acusações tão graves, que hoje ainda desconhecem e ainda se é normal ter no seu gabinete processos de obras de municípios apesar deste processo de obras ser da vereadora Cláudia Ferreira.-----

----- Reafirmou que o presidente da Câmara devia elucidar o plenário, até porque depreende que para tomar uma decisão assim deste calibre, a razão possa estar do seu lado.-----

-----Tomou novamente a palavra o **presidente da Mesa** para clarificar que não qualificou este assunto de questão lateral, mas de bilateral, uma vez que a atribuição e retirada de competências entre edil e vereadores em qualquer município é uma questão bilateral entre ambas as partes, sendo por isso que estranhou que essa relação tivesse que ser sindicada no plenário. -----

----- Outra questão serão os factos que poderão estar subjacentes, mas que não vieram a público tanto quando sabe pelo presidente da Câmara, contudo sobre esses alegados factos este órgão deliberativo e os seus membros têm todo o direito de solicitar informações de requerer a consulta de documentação, de procurar os esclarecimentos completos, sendo a lei que lhes confere essa competência e estará ao lado deles nesse propósito. -----

----- Tendo em conta as intervenções proferidas e as questões colocadas o **presidente da Câmara** informou que lhe cabe atribuir os respetivos pelouros e cabe depois também ao presidente da Câmara, em função de determinadas circunstâncias avocar os pelouros sempre que se justifique, e neste caso particular entendeu que se justificava. -----

----- A **deputada municipal Rita Sammer**, disse ter ficado um pouco preocupada com a resposta do edil porque dá ideia que não está no mundo real, não tem bem noção do que está a acontecer, não percebendo se é uma fuga intencional para a frente ou se é algo um pouco mais grave. -----

----- Deste modo e como parte do princípio que pode precisar de tempo para interiorizar o que se está a passar, vai colocar por escrito as questões que fará chegar formalmente à mesa. -----

----- O **deputado municipal Sérgio Jacinto** fez notar que esteve a aguardar a explicação do presidente da Câmara. -----

----- Assim disse não perceber o secretismo para com o órgão que fiscaliza a própria Câmara Municipal e as suas funções, porque se nada há a esconder e se é tudo claro e transparente, qual a razão de não se explicar à Assembleia Municipal, registando este facto como alguma anomalia no funcionamento democrático entre dois órgãos do mesmo município. -----

----- Nesta altura a **vereadora Cláudia Horta Ferreira** solicitou usar da palavra em defesa da honra, o que não foi permitido uma vez o presidente da Mesa não considerou que a honra da vereadora tivesse sido ofendida. -----

----- Nesta sequência a **deputada municipal Rita Sammer** questionou se a possibilidade de intervir por algum elemento do Executivo fica condicionado à vontade do presidente da Mesa, se à vontade da mesa ou há recurso para o plenário. -----

----- O **presidente da Mesa** informou que confere o regimento no seu art.º 18.º n.º 2 que das deliberações da mesa cabe recurso para o plenário, tendo a deputada municipal solicitado, que o pedido de intervenção para defesa da honra da vereadora Cláudia Ferreira recorresse ao plenário tendo-se passado de imediato à votação. -----

----- A Assembleia Municipal reprovou por maioria de 23 votos contra, 15 votos a favor e 2

abstenções autorizar o pedido de intervenção em defesa da honra da Vereadora Cláudia Ferreira.

----- Votaram a favor Natalina Luis, Rita Vilela, Teresa Oliveira, Paula Mota, João Rodrigues, Pedro Castelo, João Pedro Gomes, Sérgio Jacinto, Rita Sammer, António Moreira, Dina Almeida, Marta Geraldés, Luís Carlos Lopes, Ana Fiéis e Pedro Vaza e abstiveram-se Paulo Valentim e Nuno Henriques. -----

----- O deputado municipal Jacinto Leandro fez a seguinte declaração de voto do PS:-----

----- “Expressamente nesta sessão e por nenhum dos deputados aqui presentes entendemos que foram usadas quaisquer expressões suscetíveis de ofender a honra da vereadora Cláudia Ferreira, que era a única forma que podia usar da palavra.” -----

----- O deputado municipal Pedro Castelo disse que também iria fazer uma declaração de voto em nome do grupo Municipal do CDS em que assumiria todo o conteúdo das suas palavras:-----

----- “ Hoje é o dia que nunca esperei ver nesta Assembleia Municipal, é o dia em que nunca pensei que o PS utilizasse o medo da verdade como uma mordaza e é o dia que nunca esperei que homens que me habituei a ver desde sempre no município, homens como o Jacinto Leandro e António Carneiro acobardarem-se pelo facto de terem medo da verdade e portanto nunca pensei ver um partido da liberdade, um partido que foi um dos 4 pilares do sistema democrático em Portugal ter tanto medo da verdade como hoje aqui. Este é um dia que ficará para uma triste história da democracia em Torres Vedras.” -----

----- Ao abrigo da alínea c) do art.º n.º 46.º do regimento o *deputado municipal Sérgio Jacinto* pediu um esclarecimento à mesa no sentido de clarificar quem é que afere a ofensa à honra: o ofendido ou quem escuta outra ofensa. -----

----- Pediu também a palavra a *deputada municipal Rita Vilela*, anunciando que iria falar na condição de jurista para apelar ao regimento, art.º 46.º alínea e) que lhes diz que é permitido o uso da palavra para “reagir contra a ofensa à honra e consideração pessoal” sendo na “consideração pessoal” que a questão podia ser colocada. -----

----- Na senda destas intervenções o *deputado municipal Nuno Henriques* assinalou que estavam a falar de uma questão jurídica, que lhe suscitava algumas dúvidas tendo em conta que se trata de uma vereadora, mas lembrou que já foi dada a palavra à vereação em situação análoga.-----

----- O *presidente da Assembleia* disse não saber se era lícito estarem de certa maneira a questionar uma decisão que foi tomada democraticamente. -----

----- O *deputado municipal António Carneiro* pediu para intervir em defesa da honra:-----

----- “O meu nome foi citado e quase dando entender que eu tinha medo, que há aqui cobardia. Tive o cuidado de perguntar se o que iam votar era para defesa da honra da vereadora. Admito que a vereadora Cláudia Ferreira se sinta ofendida na sua honra, mas não foi aqui. Não é fácil ver retirar pelouros, a confiança etc, que é uma competência do presidente da Câmara. Fiz esta pergunta de

propósito para que ficasse claro o que iam votar. Foi o que votamos e não me venham com jurisprudências nem com doutrinas nem com semântica, eu não estou surdo, não ouvi nada que ofendesse a vereadora e em consciência sinto-me à vontade para ter votado o que votei, o resto é outra discussão que não entro.” -----

----- O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* interveio no sentido de salientar que a vereadora Cláudia Ferreira direta e indiretamente na sessão do Executivo foi considerada desonesta. O Presidente da Câmara Municipal ao retirar-lhe os pelouros considerou-a desonesta, sendo pelo menos o que se subentende. -----

----- Acrescentou que foi considerado que a vereadora não era correta, que não tinha exercido bem as suas funções, e se ele estivesse numa situação dessas estaria aos pulos. Não percebe a razão de não falarem no assunto neste órgão municipal já que na cidade e no concelho fala-se que utilizou fundos públicos ou meios da Câmara Municipal, sendo esta a realidade e quem não o quer admitir, não vive neste mundo, não vive em Torres Vedras. -----

----- Ainda sobre este assunto e tendo em conta a intervenção da deputada municipal Rita Vilela, o *deputado municipal Pedro Castelo* questionou o presidente da mesa se reagir a “considerandos pessoais” não era suficiente para que alguém, que se sente lesado, possa usar da palavra, estando em causa a subversão o regimento. -----

----- Nesta altura, **o presidente da Mesa**, disse que nos termos do art.º 33.º da alínea d) a reunião seria interrompida, para retomar a ordem de trabalhos dez minutos depois. -----

Período da ordem do dia. -----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES: -----

----- O **presidente da Mesa** colocou à votação a ata n.º 1 de 22 e 24 de fevereiro de 2021 tendo a Assembleia Municipal, aprovado por unanimidade o texto definitivo da ata apresentada. -----

----- De seguida informou o plenário que o presidente da Câmara solicitou urgência na deliberação sobre os pontos 3 e 8 tendo em conta a temporalidade das candidaturas em causa, tendo a Assembleia Municipal anuído com a alteração à ordem de trabalhos proposta e ainda um pedido de aditamento que colocou à admissibilidade ao abrigo do art.º n.º 50 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação e que foi aprovado por unanimidade sobre - Autorização repartição de encargos. Empreitada - Reservatório do Barro - Fase e Empreitada de Setorização das Redes de Abastecimento de Água – 1.ª fase. -----

1 - P. N.º 7/AM/2021 - INFORMAÇÃO COVID-19: -----

----- Para fazer um ponto de situação foi dada a palavra ao **presidente da Câmara**, que no que diz respeito à vacinação, informou que face aos dados que dispõe do aumento de vacinação a nível nacional, entenderam instalar mais 3 centros de vacinação no concelho, em Sobreiro Curvo, Runa e Turcifal, a acrescentar ao já existente no parque regional, em cooperação com as Juntas de

Freguesia tendente a acelerar o processo de vacinação, que consideram ser uma questão crítica, para se alcançar a imunidade coletiva no município e no país. -----

----- Relativamente ao COVID-19 os números estão estáveis, considerando importante que Portugal passe à próxima fase, controlando a pandemia e assim possam ter de novo as vidas o mais normal possível, sem, contudo, baixar a guarda, preocupação que deve ser de cada um enquanto cidadão.

----- Agradeceu a todos aqueles que quer na linha da frente quer noutras dimensões deram um contributo extremamente importante ao longo de mais de um ano, num trabalho que releva, deixando também uma palavra de estímulo e de consideração a todos os torrienses e por último uma palavra de homenagem aos 171 que partiram até ao dia de hoje, com votos que este número permaneça inalterado. -----

----- A *deputada municipal Paula Mota* pediu a palavra para intervir referindo tinha pedido a palavra antes de a sessão ter sido interrompida mas não pôde falar e como quando a sessão continuou não lhe deram, gostaria de perceber qual foi o motivo e se ainda poderia falar. -----

----- O *presidente da Mesa* referiu que a votação, não foi contestada no seu resultado, pelo que as únicas intervenções que se justificariam eram declarações de voto. Referiu ainda que a interrupção teve o significado de por termo a um clima pouco favorável que se estava a gerar, mas se tivesse declaração de voto, pedia que o fizesse por escrito a bem da regularidade dos trabalhos. -----

----- A *deputada municipal Paula Mota* lamentou apenas que não lhe tenha sido dito isso quando se iniciou agora os trabalhos pois merecia essa justificação. -----

----- A *deputada municipal Susana Neves* questionou se há previsão da temporalidade para atingir a imunidade de grupo no concelho e se essa temporalidade tem ou não alguma coincidência com a temporalidade que está prevista a nível nacional. -----

----- Também se pronunciou a *deputada municipal Rita Sammer*, que tendo em conta incidência em Torres Vedras ao dia de hoje, que os coloca perto de atingir os 120 casos por 100 mil habitantes solicitou que o edil fizesse o ponto de situação. -----

----- Reportando-se ao critério para acolhimento das pessoas que estão em isolamento profilático e sabendo que neste momento é o caso de alguns migrantes que vivem em condições de habitação muito pouco favoráveis à realização efetiva do mesmo, questionou de quem é a responsabilidade e quem paga estas despesas, e qual o papel da Segurança Social, dos empregadores e da autarquia.

----- Nesta sequência e porque também houve jogadores do SCUT que terão sido beneficiários deste acolhimento, questionou foram deslocalizados para um espaço e pago por quem. -----

----- Também relativamente à questão do acolhimento o *deputado municipal Luis Carlos Lopes* deu nota que numa visita ao Centro Pastoral do Turcifal percebeu que há um conjunto de elementos que fazem as tarefas domésticas que não foram vacinadas, não percebendo como não foram inseridos nos grupos de risco e alertando que a situação merecia mais rigor. -----

----- O **presidente da Câmara** no que se refere à imunidade de grupo informou que Torres Vedras está em linha com o objetivo nacional que aponta para o final do ano.-----

----- No que concerne à incidência confirmou que o concelho está no limite, mas com um ligeiro aumento atingem essa marca, esperando que não seja essa a evolução. Quanto aos surtos, sob responsabilidade da Câmara Municipal e em estreita cooperação com a autoridade local de saúde fazem o encaminhamento e isolamento dos grupos que estão com COVID-19, e o SCUT foi uma situação dessas, similar a muitas outras de trabalhadores agrícolas e outros surtos que tiveram no concelho ao longo do último ano.-----

----- Em resposta ao deputado Luis Carlos Lopes assegurou que cumprem todas as normas e a autoridade de saúde local tem acompanhado o processo no Turcifal, pelo que pessoas estão seguras na sua missão.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

3 - P. N.º 19/CM/2021 - PROPOSTA DE 3.ª E 4.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E DE 2.ª E 3.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2021 DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS;

----- Presente ofício número 2297 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 13/04/2021 a remeter os documentos em título, de acordo com o deliberado pelo executivo, em sua reunião de 13/04/2021.

----- O **presidente da Câmara** disse que estas revisões visam essencialmente, no caso da 3.ª a criação e dotação de rubricas para concretização de candidaturas aos fundos comunitários e no caso da 4.ª revisão a efetivação da transferência de competências no âmbito da saúde.-----

----- O **deputado municipal Sérgio Jacinto** começou por congratular a medida fortemente inclusiva que é a mediação escolar para crianças da comunidade cigana assim como a intervenção para deteção e combate à espécie exótica invasora vespa velutina, medida que parece de somenos importância, mas relevante para a preservação do habitat e principalmente das abelhas que tão importantes são para o desenvolvimento da fauna e da flora do nosso planeta.-----

----- Também solicitou alguns esclarecimentos sobre a criação e dotação de rubricas na despesa de “vestuário e artigos pessoais” e “limpeza e higiene” indagando se está correlacionado com pandemia que estão a viver e por último sobre “maternidade, paternidade e adoção”.-----

----- O **presidente da Câmara** informou que são pequenos ajustes em termos de rubricas e confirmou que no caso da limpeza e higiene tem a ver com a pandemia.-----

----- Não se registaram mais intervenções passando-se de imediato à votação:-----

----- Tendo presente a sua competência prevista na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação a Assembleia Municipal deliberou por maioria de 35 votos a favor e 1 abstenção a 3.ª e 4.ª revisão ao Orçamento e de 2.ª e 3.ª revisão às Grandes Opções do Plano de 2021 do Município de Torres Vedras.-----

----- Anota-se que se absteve Pedro Castelo e encontravam-se ausentes da sala António Moreira,

Marta Geraldês, João Pedro Gomes e Nuno Henriques. -----

8 - P. N.º 24/CM/2021 - PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DA EMPREITADA PARA REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DA CADEIRA: -----

----- Presente ofício número 2299 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 13/04/2021 a remeter, de acordo com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 13/04/2021, informação relativa ao processo em título para efeitos de autorização de repartição de encargos, prevendo-se que a despesa tenha a seguinte repartição: 2021: € 58.200,00 (mais IVA) e 2022: € 523.800,00 (mais IVA) para o preço base de € 582.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- O **presidente da Câmara** introduziu o assunto que trata o pedido de autorização para repartição de encargos, de uma obra para a qual está prevista uma candidatura a fundos comunitários a submeter até ao dia 30, e consiste numa janela de oportunidade financeira para deste modo dotar a freguesia dum equipamento que vá ao encontro do que pretendem em termos de rede, neste caso particular, adaptando o antigo jardim de infância de S. Pedro da Cadeira a uma unidade de saúde.

----- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* lembrou que a freguesia em causa fica numa das extremidades do concelho, e por isso mesmo com mais dificuldade de acesso das suas populações aos cuidados de saúde primários que ocorrem maioritariamente na sede do concelho. Esta intervenção na sequência de outras que têm ocorrido são motivo de orgulho, ainda mais no período pandémico que vivem, em que todas as populações estão mais suscetíveis e sensíveis à questão da saúde, pelo que a criação e a melhoria das unidades de saúde no concelho conjuntamente a educação traduz uma das melhores apostas, estando o edil e o Executivo neste particular de parabéns. -----

----- O *deputado municipal Nozes Pires* tendo em conta a intervenção anterior, disse que em Runa não se passa o mesmo, pois a unidade de saúde praticamente não existe e não há médico de família, solicitando informação sobre esta carência. -----

----- Quanto a esta última intervenção o **presidente da Câmara** esclareceu que o médico de família de Runa está em fase de aposentação, situação que já reportaram ao ACES Oeste Sul com vista à sua substituição e paralelamente o município já adjudicou o projeto de arquitetura para o novo Centro de Saúde de Runa. -----

----- Terminadas as intervenções, o presidente da Mesa submeteu à votação o assunto: -----

----- Tendo presente a sua competência prevista no n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-lei n.º 197/99, de 8/6, na sua atual redação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a repartição de encargos da empreitada para reabilitação de edifício para Unidade de Saúde de São Pedro da Cadeira, prevendo-se que a despesa tenha a seguinte repartição de encargos - 2021: € 58.200,00 (mais IVA) e 2022: € 523.800,00 (mais IVA), sendo o preço base (valor máximo que a

entidade adjudicante se dispõe a pagar pela empreitada) de € 582.000,00, acrescido de IVA. -----

2 - P. N.º 8/AM/2021 - VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES:-----

----- O presidente da Mesa informou que as propostas recebidas para este ponto seriam lidas pela mesa, sem prejuízo dos seus proponentes fazerem uma breve apresentação dos mesmos.-----

1 - MOÇÃO - ITI – INVESTIMENTOS TERRITORIAIS INTEGRADOS:-----

----- “No final de 2020, o Governo assinou com as CIM – Comunidades Intermunicipais do Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo um memorando de entendimento, tendo em vista a criação duma ITI – Investimentos Territoriais Integrados. -----

----- O documento é assinado, para além dos Presidentes das referidas CIM, pelos Senhores Ministro da Modernização do Estado e da Administração Pública, Ministro do Planeamento e Senhora Ministra da Coesão Territorial, facto em si bem caracterizador da dimensão institucional do documento. -----

----- Este documento surge na esteira da Resolução do Conselho de Ministros, de 29 de outubro desse mesmo ano, que define os “princípios orientadores e a estrutura operacional do período de programação de fundos europeus da política de coesão relativa a 2021-2027”. -----

----- Nesta RCM consagra-se, também, “a importância dos instrumentos integrados com suporte ao desenvolvimento territorial realçando em particular as Intervenções Integradas de Base Territorial “. Considera a referida RCM que a área geográfica das três CIM’s, a que correspondem respetivas NUT III, articulada com a NUT II/CCDR Lisboa e Vale do Tejo, “apresenta uma identidade própria com dinâmica relevante na esfera de articulação com RLVT, no contexto das grandes regiões capitais europeias e da valorização do seu potencial de interface entre a Europa e o Mundo”. -----

----- Este foi, aliás, o elemento determinante para a elaboração do PROT- OVT (Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo) - RCM nº 30/2006 de 23 de março.-----

----- PROT com objetivos muito claros, nomeadamente: -----

----- Preservação da competitividade da agricultura e das explorações agrícolas; -----

----- Definição de um modelo sustentável de desenvolvimento turístico; -----

----- Definição do modelo de gestão territorial. -----

----- O mesmo documento acentua, referindo-se a todo o vasto território da NUT II LVT, a “acentuada polarização metropolitana encerrando, simultaneamente, uma grande diversidade interna refletida em unidades sub-regionais bem definidas nas suas características próprias e detentoras de forte identidades territoriais, económicas e culturais”. -----

----- Análise anteriormente sustentada por conceituados geógrafos e antropólogos que consideram mesmo o Oeste e o Ribatejo (designação da antiga Província a que corresponde o Médio Tejo e a Lezíria do Tejo) o “limite setentrional da civilização mediterrânica” (Prof Orlando Ribeiro “Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico”).-----

----- Oeste, metade sul da antiga Estremadura, da qual se “individualizou”, que com o Médio Tejo e a Lezíria são o “anexo rural” da região metropolitana de Lisboa, a sua “cintura verde”, constituem regiões que se entrelaçam. -----

----- Também um recente trabalho de investigação da responsabilidade da Fundação Calouste Gulbenkian, intitulado “Arco Metropolitano de Lisboa” (2017), ao definir “clusters de desenvolvimento” refere para o Oeste, a Lezíria e o Médio Tejo: -----

----- Megaclusters com base nos recursos naturais endógenos: Agricultura e Agro-Indústria. -----

----- No plano do Turismo a centralidade geográfica no território nacional, os fáceis acessos rodoviário e a proximidade ao Aeroporto de Lisboa e à Capital, a par duma paisagem rural onde pontuam os extensos vinhedos (hoje também enquadrados em diversos circuitos das Rotas do Vinho), as suas colinas, planícies e mesmo a campina, o património edificado a extensão da sua costa atlântica (que a par com o Tejo tem um potencial único para os desportos náuticos) e a amenidade climática ao longo de todo o ano, conjugada com a excelência dos seus resorts (mormente golf), oferta hoteleira ou de turismo rural, fazem deste território de 36 Municípios e milhares de km2 um invejável destino turístico que, sob a égide da Marca Internacional Lisboa, em muito pode reforçar a qualidade da oferta turística nacional, com impacto muito significativo no PIB nacional. -----

----- O projeto ITI vem reforçar uma lógica e estratégia sustentada de trabalho conjunto assentes: -

----- 1. Num plano que contemple as principais ações e investimentos estruturantes de interesse comum, a respetiva calendarização e uma estimativa dos recursos financeiros envolvidos; -----

----- 2. Num modelo de governação com gestão própria (nosso sublinhado), envolvente e participativa, assessorada por uma estrutura de apoio técnico exclusiva para o efeito; -----

----- 3. No compromisso das CIM's Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo em liderar o processo de criação e estruturação de uma Intervenção Integrada, tendo por base uma estratégia comum ao seu território e o quadro regulamentar que vier a ser definido. -----

----- 4. Na previsão, pelo Governo, da inclusão de uma ITI para as referidas NUT III, para o período 2021-2027; -----

----- 5. Na promoção da constituição, pelo Governo e pelas CIM's, de um grupo técnico de trabalho com o objetivo de propor o conteúdo e o texto final do contrato programa a celebrar que deve: -----

----- i. acompanhar e apoiar a elaboração da estratégia e Programa conjunto; -----

----- ii. diligenciar a operacionalização desta iniciativa; -----

----- iii. mobilizar os atores e programas que se venham a demonstrar relevantes. -----

----- Pelo exposto, tendo presente as perspetivas integradoras para um desenvolvimento sustentável e a vantagem de uma estratégia transversal às três denominadas sub-regiões, e uma vez que está delineada, finalmente, a possibilidade de um caminho participado e comum: -----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida a 27 de Abril de 2021, congratula-se com todo o entendimento e bases programáticas expressos, e propõe ao Governo e às Comunidades Intermunicipais do Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo, enquadradas nesta ITI, que se inicie, em simultâneo, um trabalho que leve à criação de uma nova NUT II Oeste e Vale do Tejo (ou Ribatejo), possuidora já, como se referiu, de um Plano Regional de Ordenamento do Território, instrumento chave a justificar, também, esta proposta. -----

-----Da deliberação deve ser dado conhecimento: aos Senhores Ministros signatários do memorando, aos senhores Presidentes das CIM's, também signatários, a todos os Executivos e Assembleias Municipais dos 36 Municípios da ITI. -----

-----Que desta deliberação se dê, igualmente, significativa divulgação na Comunicação Social e Regional. -----

-----Subscrevem esta moção os grupos municipais do Partido Socialista e do Partido Social Democrata".-----

-----O *deputado municipal **António Carneiro*** teceu algumas considerações sobre a moção que transitou da sessão anterior, por sugestão, imediatamente por si acolhida, da deputada municipal Rita Sammer e que foi o resultado de um trabalho com o deputado municipal Luis Carlos Lopes.---

-----Salientou que uma das razões para apresentar a moção prende-se com o facto de já em tempos o governo ter decidido em consonância com a CCDRLVT elaborar dois planos regionais de ordenamento do território, um específico para a área metropolitana e outro para este território que está agora em causa – PROT.OVT. Esta estratégia é anterior à questão da ITI, não é uma novidade e por isso aproveitam a oportunidade da existência deste memorando. -----

-----Será mais um passo em frente nesta matéria, sendo evidente que visa o médio longo prazo quando, no processo que parece estar em curso de reorganização do país em termos de regiões, possa ser considerada a possibilidade de criação de uma nova NUT II para Oeste e Vale do Tejo ou Ribatejo. -----

-----Em complemento a esta intervenção o *deputado municipal **Luis Carlos Lopes***, relevou os objetivos que estão subjacentes: preservação da competitividade da agricultura e das explorações agrícolas; definição de um modelo sustentável de desenvolvimento turístico; e definição do modelo de gestão territorial.-----

-----O *deputado municipal **Nozes Pires*** interveio para assinalar que votaria sempre contra esta moção, que até tem o condão especial de ir tão longe na linguagem, insinuando e a pedir uma regionalização com eleições. -----

-----Não se registaram mais intervenções passando-se de imediato à votação. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 37 votos a favor e 3 votos contra aprovar a moção em título. -----

-----Anota-se que votaram contra João Rodrigues, Nozes Pires e Paula Mota e encontrava-se ausente António Moreira.-----

-----Declaração de Voto de João Rodrigues do BE.-----

-----“Consideramos que a criação da ITI referida no documento, a par com as CCDRs, não é mais do que uma reorganização extra para gerir dinheiros públicos sem o escrutínio democrático da população contornando a verdadeira necessidade do país, que é a de um plano nacional e equilibrado de regionalização.-----

----- Desta forma, não pode contar com o nosso voto favorável.”-----

2 - RECOMENDAÇÃO - PARA A PROTEÇÃO DO ARVOREDO URBANO:-----

-----“Considerando que:-----

----- 1.As árvores e os arbustos de porte arbóreo melhoram a qualidade de vida nas zonas onde reside a maioria da população – as zonas urbanas das cidades, vilas e aldeias.-----

----- 2.Num contexto de crise climática e de crescente artificialização do território, as árvores em espaço urbano ajudam a combater os efeitos das alterações climáticas, melhoram a qualidade ambiental e contribuem para a saúde física e mental das populações.-----

----- 3.As operações de manutenção e avaliação de exemplares arbóreos carecem muitas vezes de intervenção especializada, o que não acontece. Originando abates desnecessários, podas desadequadas e plantio desregrado.-----

----- 4.Foram já várias as ações de abate e descuido com o arvoredo municipal testemunhadas no nosso concelho, nomeadamente:-----

----- a.o abate de todas as árvores ao lado do Hospital;-----

----- b.o abate de todas as árvores na Praça Machado de Santos;-----

----- c.o transplante dos freixos da Rua António Leal d'Ascensão para a margem do Rio Sizandro resultou na morte de praticamente todas as árvores;-----

----- 5.Torna-se, por isso, necessário regular a intervenção no arvoredo urbano através de instrumentos de gestão específicos e intervenção baseada no conhecimento técnico e científico. --

----- Assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida a 27 de abril de 2021, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, recomenda à Câmara Municipal de Torres Vedras que:-----

----- 1.Proceda à elaboração de um Inventário Municipal do Arvoredo Urbano.-----

----- a.Este inventário deve contemplar todo o arvoredo urbano existente em domínio público ou privado municipal e deve conter as seguintes informações:-----

----- i.Número de exemplares arbóreos por espécie ou variedade;-----

----- ii.Nome científico;-----

----- iii.Tipo de folhagem;-----

- iv. Dimensão dos exemplares; -----
- v. Idade aproximada; -----
- vi. Estado fitossanitário; -----
- vii. Intervenções efetuadas; -----
- viii. Intervenções programadas; -----
- ix. Titular (autarquia ou particular) -----
- x. Identificação de árvores classificadas; xi. Coberto arbóreo por km²; -----
- xii. Localização georreferenciada. -----
- b. O inventário deve também avaliar os serviços ecológicos e climáticos globalmente prestados pelo arvoredo urbano, nomeadamente: -----
 - i. o ensombramento e a regulação térmica; -----
 - ii. a promoção da biodiversidade; -----
 - iii. o sequestro de carbono; -----
 - iv. o controlo da poluição do ar -----
 - v. o controlo da poluição sonora -----
 - vi. a produção de oxigênio; -----
 - vii. a redução do escoamento superficial; -----
 - viii. a melhoria da qualidade do solo; -----
 - ix. o embelezamento do espaço urbano; -----
 - x. a disponibilidade de água e luz solar adequada ao local. -----
- c. O Inventário Municipal do Arvoredo Urbano deve ser atualizado, no máximo, a cada cinco anos. -----
- 2. Proceda à criação de um Regulamento Municipal para a Gestão do Arvoredo Urbano, que deve reger a intervenção no património arbóreo por parte do município. Devendo por isso, assentar num conjunto de boas práticas na poda, transplante, substituição, plantação e outras intervenções, sendo elaborado em conjunto com especialistas em arboricultura. -----
- Devendo constar orientações para: -----
 - a. Proteção: -----
 - i. Proibição do abate de árvores e arbustos, salvo nas situações devidamente justificadas por técnico credenciado para o efeito, autorizado pela autarquia ou em situações de emergência, segundo indicação da proteção civil. -----
 - ii. Antes de ser ponderado o abate de uma árvore, deve ser equacionada a sua transplantação. A operação de transplante abrange todos os trabalhos preparatórios e posteriores ao transplante, obedecendo aos critérios e normas técnicas definidas pelos especialistas. -----
 - iii. Proibição das podas, exceto quando justificadas por técnico credenciado para o efeito e

autorizadas pela autarquia. Efetuar a rolagem de uma árvore deve estar proibido em qualquer circunstância.-----

----- b.Conservação: -----

----- i.As medidas necessárias à conservação do arvoredo urbano devem ter por base a informação obtida do inventário municipal do arvoredo urbano; -----

----- ii.O coberto arbóreo não poderá ser inferior ao registado no inventário municipal;-----

----- iii.O coberto arbóreo urbano e a sua capacidade de prestação de serviços ecológicos e climáticos deve ser continuamente incrementada. -----

----- c. Fomento:-----

----- i. a plantação de árvores deverá ter em conta:-----

----- 1.a compatibilidade com o arvoredo preexistente;-----

----- 2.preferência por espécies autóctones; -----

----- 3.a maximização dos serviços ecológicos e climáticos;-----

----- 4.a ausência de características indesejáveis como: elevada produção de pólen, raízes elevadas, porte extensivo ou a degradação da qualidade do ar.-----

----- 5.a sua resiliência face aos efeitos das alterações climáticas. -----

----- d.O Regulamento Municipal para a Gestão do Arvoredo Urbano deverá estar sujeito à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- e.Todas as ações que incidam direta ou indiretamente no arvoredo urbano público ou privado obedecem ao respetivo regulamento. -----

----- 3.Proceda, com base na informação recolhida no inventário, à elaboração de um Plano Municipal para a Proteção, Conservação e Fomento do Arvoredo Urbano. -----

----- a.Este plano deve conter a programação das intervenções a efetuar na gestão do património arbóreo;-----

----- b.A execução deste plano deve ter carácter obrigatório, estando por isso presente no relatório anual de atividades.-----

----- c.O plano está sujeito à aprovação da Assembleia Municipal e deve ser atualizado com uma periodicidade não superior a cinco anos.-----

----- João Rodrigues, Deputado Municipal do Bloco de Esquerda.”-----

----- O *deputado municipal Rui Lopes* disse tratar-se de um assunto muito sensível, elencado na recomendação através de um caderno de encargos bastante vasto, embora no seu entender haja termos que não estão muito bem explicados, nomeadamente quando em determinada altura fala em arvoredo municipal e depois arvoredo urbano, que convinha esclarecer.-----

----- De seguida informou que a Comissão Parlamentar de Ambiente Energia e Ordenamento do Território recebeu uma proposta para a criação do regulamento da gestão do arvoredo urbano, e

não faz sentido agora estar a adotar medidas enquanto este instrumento nacional não estiver concluído e entrar em vigor. -----

---- Como última nota disse que ainda não existe o reconhecimento da profissão de arborista, e assim todo o trabalho que neste momento é feito nesta área não exige credenciação de um especialista na matéria.-----

---- Pelas razões invocadas o grupo Municipal do PS considera fundamental que seja primeiro elaborada legislação a nível nacional para depois ser discutido a nível municipal. -----

---- A *deputada Municipal Rita Sammer* comentou que a matéria devia ser melhor trabalhada, pois parece muito vinculativa e suscitou-lhe algumas dúvidas até porque desconhece o trabalho que tem sido feito pela autarquia nesta área e assim o Grupo Municipal do PSD iria abster-se. -----

---- A Assembleia Municipal reprovou, por maioria de 25 votos contra, 11 abstenções e 3 votos a favor a moção em título. -----

---- Anota-se que se abstiveram Natalina Luis, Sérgio Jacinto, Pedro Castelo, João Pedro Gomes, Rita Sammer, Dina Almeida, Marta Geraldês, Luis Carlos Lopes, Ana Fiéis, Nuno Henriques e Pedro Vaza e votaram a favor João Rodrigues, Nozes Pires e Paula Mota -----

---- Encontrava-se ausente António Moreira. -----

3 - VOTO DE SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL: -----

---- “É tempo de celebrarmos o “25 DE ABRIL”. Saudamos o 47.º aniversário da Revolução de Abril, que através da ação desencadeada pelos Capitães de Abril, apoiada pelo Povo, fez ruir a ditadura fascista do Estado Novo, pôs fim à PIDE, acabou com a censura, libertou os presos políticos e terminou com a guerra colonial. A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. -----

---- Devemos celebrar as conquistas da Liberdade e dos direitos fundamentais que foram adquiridos, nomeadamente na saúde, que veio proporcionar a criação do Serviço Nacional de Saúde, na educação, que deu lugar à criação da Escola Pública, no direito à habitação e nos direitos dos trabalhadores, dando lugar a uma maior dignidade para quem trabalha.-----

---- Continuaremos a defender a Constituição da República, como um dos maiores legados do 25 de Abril, onde estão consagradas muitas destas conquistas. Numa altura em que são colocados em causa os direitos adquiridos com o 25 de Abril, devemos lembrar os princípios constitucionais pelos quais lutámos e que alguns estão tão determinados em esquecer: que todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Que ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.-----

---- Devemos defender o Estado Social e com ele o funcionamento dos serviços públicos, como

algo imprescindível para uma resposta eficaz a toda a situação criada pela pandemia SARS-Cov-2.

----- Defender Abril é garantir o reconhecimento e valorização dos salários e carreiras de todos os trabalhadores e estar na primeira linha na luta contra a precariedade, na defesa de emprego digno. Para o Bloco de Esquerda, defender Abril é vencer a crise pandémica e as crises económicas e social, recusando políticas de austeridade que tantas vidas destruíram num passado recente. -----

----- Para recuperar a economia e o país, são necessárias transformações estruturais, relançar o investimento nacional, criando assim emprego que se quer de qualidade, bem como estimular o consumo interno. Para tudo isto sabemos que são necessárias políticas de esquerda que não defraudem os eleitores combatendo assim os populismos e a extrema-direita. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida a 27 de abril de 2021, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera: -----

----- 1.Saudar um dos momentos mais importantes da nossa história coletiva, que representa a vitória da liberdade e da democracia, como valores estruturantes na construção da nossa sociedade; -----

-----2.Saudar a manutenção do espírito de abril, nas conquistas económicas, laborais, sociais e direitos de cidadania, nomeadamente no combate às desigualdades e a exclusão social, contra todas as formas de discriminação e violência. -----

-----3.Saudar o projeto político iniciado no 25 de Abril de 1974, alicerçado em políticas de igualdade, liberdade e fraternidade e que deve continuar a ser a matriz sobre a qual tecemos a nossa vida coletiva, orientando a implementação de serviços e políticas públicas, que garantam direitos iguais para todos, não deixando ninguém para trás. -----

----- Torres Vedras, 27 de abril de 2021, João Rodrigues Deputado Municipal do Bloco de Esquerda.”

----- A *deputada municipal Rita Sammer* disse que quando hoje iniciaram a sessão pensava que o voto de saudação ao 25 de abril podia estar um pouco a destempo, mas com o que se passou nesta noite, este voto ganhou toda a força e toda a pertinência, só tendo pena que não conste também uma referência ao direito de não serem silenciados. -----

----- Afirmou que há 48 h atrás pensava que a democracia não estava em risco, mas no concelho de Torres Vedras hoje deram um péssimo exemplo à democracia. -----

----- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* interveio, apenas para dizer “25 de abril sempre liberdade e liberdade de expressão para toda a gente.” -----

----- O *deputado municipal Jacinto Leandro* disse que o Grupo Municipal do PS votaria a favor, tendo em conta a deliberação proposta. -----

----- O *deputado municipal Pedro Castelo*, argumentou que o Grupo Municipal do CDS, revesse na sua maior parte, nomeadamente no espírito do valor de abril e tudo aquilo que lhes trouxe, no entanto acham o texto excessivo e quando refere que “para recuperar economia e o país são necessárias.....políticas de esquerda”, o CDS lembra-se bem o que estas políticas de esquerda,

nomeadamente traduzidas pela extrema esquerda mais radical, trouxeram em 1975 e 1976. -----

---- Como é um tempo que gostam de recordar para nunca mais o viver, votariam contra.-----

---- A *deputada municipal Rita Sammer* assinalou que o grupo Municipal do PSD vota muito mais pela intenção e pelas considerações finais, sendo neste caso o que os une.-----

---- Aproveitando a discussão da saudação ao 25 de abril o *deputado municipal Nozes Pires* pediu a palavra para manifestar o seu agrado com a intervenção democrática da colega Rita Sammer, e que apesar das diferentes ideologias que os separam, seria exatamente o que diria.-----

---- Aproveitou ainda para assinalar que está em democracia com a colega, mas não está em democracia com o presidente desta Assembleia Municipal que foi provocador e insolente, quando insinuou que em Runa andavam a manipular assim como não deu a palavra à sua colega, aquando da discussão sobre o pedido da vereadora Claudia Ferreira para defesa da honra. -----

---- Em resposta a esta intervenção o **presidente da Mesa** apontou em primeiro lugar que o facto de não ter dado a palavra à colega foi um lapso compreensível pelo contexto em que interromperam a reunião.-----

---- Quanto ao risco de manipulação dos runenses, manteve o que disse. -----

---- A Assembleia Municipal aprovou por maioria de 35 votos favor e 2 votos contra e 2 abstenções o voto de saudação em epígrafe.-----

---- Anota-se que votaram contra Pedro Castelo e João Pedro Gomes, abstiveram-se Sérgio Jacinto e João Tomaz e encontrava-se ausente António Moreira. -----

4 - VOTO DE SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO: -----

---- “No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é relembrado pelo slogan que ficou a ecoar na história “Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso”, mas também pela trágica morte de vários ativistas, mortos pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão, os trabalhadores continuaram a luta, que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora. -----

---- Em Portugal, o 1.º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00 (16,50€). Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT).-----

-----Portugal atravessa hoje um período muito complicado, com trabalhadores em *layoff*, trabalhadores precários a serem despedidos ou ameaçados, falta de condições de higiene sanitária para trabalhar (locais de contacto com o público onde não são fornecidas luvas, nem máscaras para trabalhar) e um aumento generalizado de insegurança e desemprego. -----

----- A defesa do emprego mostra-se determinante para a recuperação económica e social de todas e todos. -----

----- Antevendo uma grave crise económica e de direitos dos trabalhadores, faz ainda mais sentido relembrar todos os direitos conquistados e defender todas e todos no direito a um emprego digno e a um salário condigno. -----

----- No nosso Município são preocupantes as situações das trabalhadoras e dos trabalhadores, do pequeno comércio, das empresas de explorações agrícolas, bem como dos sectores industrial e de serviços, especialmente fragilizados pela crise pandémica, pelas dificuldades financeiras associadas a este período de exceção e pelas fracas condições de habitabilidade a que muitos migrantes estão sujeitos, com o inerente perigo para a sua saúde. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida a 27 de abril de 2021, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera:-----

----- 1.Saudar o 1º de Maio e fazer votos para que seja um momento agregador das várias gerações e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público de qualidade;-----

-----2.Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações do concelho que em defesa da nossa saúde asseguram serviços essenciais na linha da frente, como o apoio às populações vulneráveis, a recolha do lixo, a venda de bens essenciais, os transportes, o correio, a limpeza e manutenção das estruturas e a escola pública na garantia de alimentação de emergência;-----

-----3.Saudar o trabalho de todos os profissionais na área da saúde no combate à pandemia em curso, em particular a todo o SNS e seus profissionais.-----

----- Torres Vedras, 27 de abril de 2021, João Rodrigues, Deputado Municipal do Bloco de Esquerda.” -----

----- O *deputado Municipal Sérgio Jacinto* sinalizou o facto de ser uma data importante só possível comemorar nos pós 25 de abril, chamando a atenção para o valor do salário mínimo nacional de 1974 e se tinham consciência da evolução do custo de vida e do poder de compra aos dias de hoje.

----- O *deputado municipal Jacinto Leandro* disse que o Grupo Municipal do PS votaria a favor, tendo em conta a deliberação recomendada. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar o voto de saudação em título.-----

5 - RECOMENDAÇÃO - PROMOVER O ESTUDO E IMPLEMENTAÇÃO DE LOCALIZAÇÕES

ALTERNATIVAS À LOCALIZAÇÃO DA SUBESTAÇÃO DE TRACÇÃO EM RUNA: -----

-----“Considerando que: -----

----- 1.Foi devido à ação popular dos runenses que se colocou de novo na agenda a localização da subestação de tração em Runa, que motivou uma reunião com as Infraestruturas de Portugal, cujo resultado nos afigura duvidoso. Falou-se num acordo, mas desconhecemos que tipo de acordo e com quem. -----

----- 2.Das diversas propostas de localização que têm vindo a ser discutidas, a que parece ter colhido junto da IP é a deslocação da estrutura 50 metros mais acima.-----

-----3.Essa solução, mantém todos os impactes anteriormente verificados e piora ainda a aproximação à zona arqueológica de Penedo, para além de ser difícil visualizar por onde passarão os postes de muito alta tensão sem causarem um enorme impacto paisagístico e até demasiada proximidade a Penedo. -----

----- 4.A proximidade a habitações mantém-se, com os riscos de ruído, próprio destas linhas e estruturas; com o eletromagnetismo e também o risco de acidentes com as linhas e torres, mesmo em cima da malha urbana. Os riscos para a saúde não estão fechados cientificamente, mas não nos podemos esquecer também o risco percecionado pelos habitantes e o impacto de possíveis acidentes. A lei prevê afastamento de habitações de 45 metros, estudos credíveis falam de 50 a 100 metros como prevenção. -----

----- 5.Para além das questões de saúde pública a integridade da zona histórica fica em causa, sem a realização de estudos no terreno. A paisagem mantém os elevados impactos que já o Estudo de Impacto Ambiental falava. O turismo de natureza, passeios pedestres e o desenvolvimento de Runa como destino de natureza e património ficam também altamente condicionados. -----

----- 6.A solução alternativa não é credível, sendo que todos estes impactos estavam assinalados na proposta escrita apresentada na reunião, não se percebendo, como lá apareceu e porque foi escolhida, dado referir todos os impactos negativos.-----

----- 7.A solução só pode passar por encontrar uma nova localização, mais afastada da povoação.

----- 8.A Infraestruturas de Portugal tem responsabilidade de estudar diferentes localizações, como aliás a Agência Portuguesa do Ambiente lhe solicitou, em sede de parecer ambiental, e que a IP ignorou. -----

---- 9.A população já apresentou ideias que devem ser ouvidas e tidas em conta, mas cabe à empresa fazer estudos sérios e levar a cabo essa iniciativa, tendo em conta as forças locais e movimentos de runenses. -----

----- 10.Trata-se de um processo onde o progresso não pode ignorar as pessoas que terão de viver o seu futuro, com as consequências de uma estrutura que pode muito bem ser construída noutros locais. -----

----- 11. Há zonas junto à ETAR, há zonas a sul para lá da Quinta da Casaboa, junto à linha, enfim, precisamos de firmeza dos nossos autarcas e não dar ao assunto como fato consumado numa resignação que já nos trouxe a esta situação. -----

----- 12. Por tudo isto é urgente uma posição firme da autarquia na salvaguarda dos interesses em causa e das populações afetadas. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida a 27 de abril de 2021, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, recomenda à Câmara Municipal de Torres Vedras que: -----

----- 1. Assuma publicamente e transmita às entidades competentes, que os torrienses não estão resignados nem satisfeitos com as atuais propostas junto a zonas habitacionais e com os impactes negativos conhecidos; -----

----- 2. Ouça efetivamente a população de Runa e Penedo e os seus movimentos e organizações, estando ao lado dos seus munícipes e tire consequências do sentir e das propostas dos habitantes; -----

----- 3. Desenvolva todos os esforços, para que se implemente a Subestação numa outra localização e se encontrem soluções de menor impacto, através de estudos credíveis e fundamentados, onde a eliminação dos impactos negativos e o futuro de Runa sejam o fator principal de decisão. -----

----- João Rodrigues, Deputado Municipal do Bloco de Esquerda.” -----

----- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* sinalizou que para o TnL também esta matéria merece atenção pela sua importância pois querem que a Linha do Oeste, seja uma linha que sirva todo o oeste e principalmente o concelho de Torres Vedras, mas não querem que com isso os concidadãos de Runa saiam prejudicados com essa infraestrutura. -----

----- A *deputada municipal Rita Sammer* disse ter ouvido o colega Rui Prudêncio no período antes da ordem do dia que no fundo veio dizer para não virem com veleidades para atrasar este processo. O Grupo Municipal do PSD não concorda com a mesma no sentido de que, quando há vontade de encontrar soluções, encontram-se e esta recomendação alerta para não baixarem os braços só porque as coisas aparecem como factos consumados. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou reprovar, com 22 votos contra, 13 a favor e 4 abstenções a recomendação em título. -----

----- Anota-se que votaram a favor Sérgio Jacinto, Nozes Pires, Paula Mota, João Rodrigues, Rita Sammer, Dina Almeida, Marta Geraldês, Luis Carlos Lopes Nuno Henriques, Ana Féis e Pedro Vaza João Tomaz e abstiveram-se Pedro Castelo, João Pedro Gomes, Rita Vilela e Vale Paulos. -----

----- Encontrava-se ausente António Moreira. -----

----- Declaração de voto do Presidente da Assembleia. -----

----- “Voto contra porque tenho presente o que se passou no dia 23 na reunião dos Paços do

Concelho, as conclusões a que chegamos, o consenso a que chegamos e estou na expectativa da concretização através da Infraestruturas de Portugal.” -----

6 - RECOMENDAÇÃO - PELA DEFESA DOS DIREITOS DA COMUNIDADE LGBTIQ+ NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS: -----

----- “ Considerando que: -----

----- 1.Desde 2019 vários países da União Europeia têm vindo a adotar legislação homofóbica e transfóbica, tendo como consequência direta o aumento dos ataques e violência contra as pessoas LGBTIQ. -----

-----2.No dia 11 de março de 2021 o Parlamento Europeu aprovou uma resolução, proclamando a União Europeia como uma zona de liberdade para pessoas LGBTIQ. -----

-----3.Em Portugal, tal como no resto da Europa têm-se visto o renascer de vários movimentos e organizações de extrema-direita, representando um verdadeiro risco de retrocesso nos direitos humanos das minorias. -----

-----4.A Constituição da República Portuguesa refere no princípio da igualdade, artigo 13.º que “Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.” -----

-----5.O Município de Torres Vedras assinou um Protocolo para a Igualdade e Não Discriminação, com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, em que um dos Planos de Ação se prende com o combate à discriminação com base na Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais. -----

-----6.Segundo o último Relatório de Discriminação Contra Pessoas LGBTIQ+ da ILGA, a rua, foi o contexto mais vezes referido como local da ocorrência da situação de discriminação ou ato de violência. -----

-----7.O mesmo relatório conclui que, para além de mudanças legislativas, é essencial o “reforço de medidas de educação, formação e sensibilização” para o qual as autarquias devem contribuir ativamente, com medidas que retirem a comunidade LGBTIQ+ da invisibilidade. -----

-----8.O Dia Mundial de Luta Contra a Homofobia e Transfobia (IDAHOT - International Day Against Homophobia and Transphobia) comemora-se a 17 de maio, data em que, no ano de 1992, a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista de doenças mentais. --

-----9.Neste dia pretende-se criar uma consciência global para o fenómeno da homofobia e transfobia. Todos somos chamados a contribuir para uma sociedade mais inclusiva, que rejeita todas as formas de discriminação sem violência, sem homofobia nem transfobia. Várias instituições portuguesas já assinalam este dia com o hastear da bandeira arco-íris, símbolo da luta pelos direitos

das pessoas LGBTIQ.-----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida a 27 de abril de 2021, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, recomenda à Câmara Municipal de Torres Vedras que:-----

----- 1. Apoie solidariamente a comunidade LGBTIQ, passando a juntar-se às celebrações do Dia Mundial de Luta Contra a Homofobia e Transfobia, hasteando a bandeira arco-íris todos os anos, no dia 17 de maio, no edifício sede da Câmara Municipal e no edifício sede da Assembleia Municipal nos Paços do Concelho;-----

----- 2. Recomende a todas as Juntas de Freguesias do concelho que hasteiem a bandeira arco-íris nos seus edifícios sede, no dia 17 de maio, como sinal de apoio aos direitos das pessoas LGBTIQ e de compromisso com a luta contra todas as formas de discriminação; -----

----- 3. Saudar a Marcha LGBT de Lisboa, todas e todos os que nela participaram e todas as organizações que a organizaram;-----

----- 4. Enviar este documento aos grupos parlamentares representados na Assembleia da República, à Associação Nacional de Municípios, à Associação Nacional de Freguesias, à Associação ILGA Portugal (Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero), à Associação Opus Gay, à AMPLOS (Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual), à Rede Ex Aequo, às Panteras Rosa e aos órgãos de comunicação social.-----

----- João Rodrigues, Deputado Municipal do Bloco de Esquerda.”-----

----- O *deputado municipal Rui Prudêncio*, referindo-se à recomendação e ao voto de repúdio do BE (ponto seguinte da ordem de trabalhos) em que recomendam questões de igualdade relativamente a pessoas com orientações sexuais diferentes, considerou que ambas não respeitam a constituição.-----

----- Disse que estará sempre na linha da frente para defender a igualdade entre cidadãos e entre portugueses, mas na verdade o que é solicitado não são princípios de igualdade, mas exatamente princípios de discriminação, neste caso de discriminação positiva. Ambas fazem menção ao art.º 13.º que diz que ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, contudo está a ser proposto que haja beneficiação, haja privilégios que outras entidades não têm, pelo que não merece o seu voto favorável.-----

----- No tocante ao hastear da bandeira em instituições da república, frisou que as mesmas representam todos os portugueses e a colocação de um qualquer símbolo que não represente todos os portugueses não é respeitar nem a constituição nem a própria república, não podendo merecer nunca o seu voto favorável. Deverá estar sempre hasteada a bandeira nacional que nos representa a todos em igualdade, não em diferença.-----

----- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* também se reportou ao art.º 13 da constituição segundo

o qual ninguém pode ser discriminado, mas também não pode ser privilegiado. -----

---- Assim, assinalou que a melhor lei de todas é sempre o bom senso, o equilíbrio e o respeito pela diferença, pela variedade, pelo modo de pensar de cada um, pelo que ao quererem fazer realçar as diferenças dos seus concidadãos acabam sempre por os discriminar, quando eventualmente a intenção até nem é essa e assim não merece o seu voto concordante. -----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo* fez notar que pelas mesmas razões expressas pelo colega Rui Prudêncio o Grupo Municipal do CDS não pode votar a favor a recomendação e o voto de repúdio do BE sobre a comunidade LGBT. -----

---- A *deputada municipal Rita Sammer* disse que quer a recomendação quer o voto tratam de matérias relevantes e pela relevância saudou o facto de ser aqui trazido. Pelo conteúdo é excessivo no que prevê fazer embora a criação de zonas livres pareceu-lhe inócua. -----

---- O proponente da moção *João Rodrigues* assinalou que cada um faz as interpretações à sua maneira, mas relativamente à intervenção do colega Rui Prudêncio afirmou que declarar uma zona livre de opção não é privilégio e a bandeira irá ser hasteada em Lisboa, em Loures e noutras localidades, noutra contexto. -----

---- Também referenciou que por altura do Carnaval são hasteadas bandeiras na Câmara Municipal questionando se também representam todos os portugueses. -----

---- O *deputado Municipal Nozes Pires* anotou que os conteúdos são excessivos, mas votará a favor as recomendações e não os considerandos. -----

---- Frisou que os seus colegas juristas hoje interpretaram mal a constituição, pois hoje em dia fazem discriminação positiva com os idosos ou com as grávidas que têm prioridade, pelo que não será por este facto, mas pela linguagem utilizada na recomendação que afastam pessoas. -----

---- A Assembleia Municipal deliberou reprovar com 34 votos contra, 3 votos a favor e 2 abstenções a recomendação em epígrafe. -----

---- Anota-se que votaram a favor Nozes Pires, João Rodrigues e Rita Vilela e abstiveram-se Pedro Vaza e Paula Mota. Estava ausente António Moreira. -----

7 - VOTO DE REPÚDIO - CRIAÇÃO DE ZONAS LIVRES DE CIDADÃOS LGBTI NA POLÓNIA E HUNGRIA: -----

---- “Considerando que: -----

---- 1. Desde 2019, vários municípios e regiões da Polónia declaram-se livres do que chamam “ideologia LGBTIQ” e adotaram as chamadas “cartas regionais dos direitos da família”; -----

---- 2. Em 2020, também a cidade húngara de adotou uma resolução banindo a “disseminação e promoção de propaganda LGBTIQ”; -----

---- 3. Estas ações tiveram como consequência direta o aumento de atos de violência dirigida contra pessoas LGBTIQ ou contra pessoas que sejam consideradas como sendo LGBTIQ, segundo estudo

conduzido pela Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA), o qual também denuncia o medo generalizado da população em frequentar determinados locais, pelo risco de aí sofrerem agressões, assédio, hostilidade ou ameaças de várias ordens, e também denuncia uma descrença total nos esforços do governo polaco no combate à discriminação e à violência; -----

----4.No dia 11 de março de 2021 o Parlamento Europeu aprovou uma resolução, proclamando a União Europeia como uma zona de liberdade para pessoas LGBTIQ, a qual nunca poderia deixar de o ser, pois a mesma funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de Direito e do respeito pelos direitos humanos.-----

----5.A Constituição da República Portuguesa refere no princípio da igualdade, artigo 13.º que “Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.”:-----

----6.Na época em que vivemos, de recrudescimento da extrema-direita por toda a Europa e dos atos de violência que sempre a acompanharam, o silêncio por parte das instituições nacionais é intolerável para com este tipo de manifestações. -----

---- Assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida a 27 de abril de 2021, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera: -----

---- 1.Repudiar a ação dos governos polaco e húngaro que continuam a permitir a criação das chamadas “zonas livres de ideologia LGBTIQ”, que não são mais do que zonas em que os direitos e a dignidade dos/as cidadãos/ãs não são integralmente respeitados, em claro desrespeito pela Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e da Declaração Universal dos Direitos Humanos; -----

----2.Promover o município de Torres Vedras como uma Zona de Liberdade LGBTIQ, através de políticas públicas promotoras de direitos e a sua constituição como um espaço de proteção contra as violações dos direitos LGBTIQ. -----

---- João Rodrigues, Deputado Municipal do Bloco de Esquerda.”-----

---- A Assembleia Municipal deliberou reprovar com 26 votos contra e 4 votos a favor e 9 abstenções a recomendação acima transcrita. -----

---- Anota-se que votaram a favor João Rodrigues, Nozes Pires, Paula Mota e Rita Vilela e abstiveram-se Pedro Castelo, João Pedro Gomes, Rita Sammer, Dina Almeida, Luis Carlos Lopes, Marta Geraldés, Ana Fiéis, Nuno Almeida e Pedro Vaza. Estava ausente António Moreira. -----

8 - MOÇÃO - INSTALAÇÃO DE UNIDADE DE CUIDADOS INTENSIVOS NO HOSPITAL DE TORRES VEDRAS:-----

---- “Nos passados meses de janeiro e fevereiro de 2021, foi demonstrado ao país, através de

reportagens realizadas, respetivamente, pela SIC – “Medicina no limite. Centro Hospitalar do Oeste sem cuidados intensivos” (28-01-2021) e pela RTP – “Torres Vedras. Dramas de um hospital sem unidade de cuidados intensivos” (06-02-2021), a triste realidade vivida no Hospital de Torres Vedras, ficando bem patente as dificuldades sentidas na prestação de cuidados de saúde por parte dos seus profissionais. Essas dificuldades resultam da escassez de recursos humanos, por um lado e por outro, pela não existência de uma Unidade de Cuidados Intensivos (UCI). -----

----- Durante este tempo de pandemia com que esta unidade foi confrontada, mais se agravou esta situação e a prestação dos cuidados de saúde apenas foi possível graças ao profissionalismo, abnegação e humanismo dos seus profissionais de saúde, a quem deixamos aqui o nosso reconhecido agradecimento em nome de todos os Torrienses. -----

----- Esta realidade já tendo sido identificada e reconhecida pela administração do Centro Hospitalar do Oeste (CHO), no qual está inserido o Hospital de Torres Vedras, e dentro das suas competências e atribuições, tem vindo junto da tutela a referenciar e solicitar que lhe seja autorizado quer a admissão de mais profissionais, quer a inclusão do CHO na Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e Referenciação de Medicina Intensiva. -----

----- Também por ter identificado estas lacunas na nossa unidade hospitalar e por sua iniciativa, a Câmara Municipal de Torres Vedras elaborou um protocolo com o CHO, onde, entre outras obrigações, ficou estabelecido que seriam realizadas todas as iniciativas por ambas as partes, no sentido de se instalar uma UCI no CHO. -----

----- A execução deste protocolo tem sido acompanhada pela Comissão Permanente de Saúde desta Assembleia Municipal, onde temos sido esclarecidos, quer por parte da Sra. Presidente do Conselho de Administração do CHO, quer por parte do Sr. Presidente da Câmara, das diligências efetuadas junto da tutela por forma e encontrar soluções que permitam a prestação de cuidados de saúde com qualidade aos nossos concidadãos. -----

----- Assim e considerando que: -----

----- 1.O CHO serve uma população de 292.546 mil habitantes, correspondendo ao Hospital de Torres Vedras 172.742 mil habitantes-----

----- 2.Tem 2 unidades de Urgência Médico-cirúrgicas, uma das quais no Hospital de Torres Vedras e dispõe de todas as valências hospitalares com potencial diário de necessitarem de cuidados imediatos de medicina intensiva-----

----- 3.É o único Centro Hospitalar no País, com estas características, dimensões e abrangência, que não dispõe de uma Unidade de Cuidados Intensivos -----

----- 4.O Hospital de Torres Vedras para além de dispor de uma Urgência médico-cirúrgica, centraliza a atividade do CHO nas valências de Cirurgia, Medicina Interna, Internamento Covid19 e Ortopedia, entre outras, num total de 197 camas de um universo de 331 camas -----

-----5.O Hospital de Torres Vedras, fruto da criação da Unidade de internamento Covid19, dispõem já de equipamentos de UCI, entre eles ventiladores invasivos, subaproveitados (apenas realizam ventilação externa)-----

-----6.Se verifica o reconhecimento por parte da Comissão da Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e Referenciação de Medicina Intensiva da falta de camas em cuidados intensivos na região de Lisboa e Vale do Tejo, onde se insere o CHO, tendo tido este relatório o conhecimento e a concordância por parte da Sra. Ministra da Saúde, Dra. Marta Temido, por despacho por si efetuado e assinado -----

-----7.A transferência de um doente para uma UCI de outra unidade hospitalar representa o acompanhamento do doente por parte de uma equipa composta por um médico e um enfermeiro, que estarão ausentes do serviço por um tempo compreendido entre 3 horas, se for para Lisboa, até 12 horas, se for para uma unidade do Norte ou do Sul do país.-----

-----8.A ausência destes profissionais dos seus serviços, amplifica as dificuldades na prestação dos cuidados de saúde aos utentes aí internados -----

-----9.A ausência de uma UCI no Hospital de Torres Vedras vem sobrecarregar as UCI de outras unidades hospitalares, já por si, em muitos casos, deficientes para as suas realidades -----

----- 10.Do Hospital de Torres Vedras, durante os últimos 5 anos, foram transferidos para UCI de outras unidades hospitalares cerca de 2.000 doentes e já este ano, no período entre Janeiro e 15 de Março foram transferidos 53 doentes infetados com Covid19 -----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras não pode aceitar, quando estão reunidas as condições de necessidade e evidenciadas as dificuldades na prestação de cuidados de saúde de qualidade no Hospital de Torres Vedras aos Torrienses, que o CHO não disponha de uma Unidades de Cuidados Intensivos e que essa mesma unidade não seja instalada no Hospital de Torres Vedras.

----- Assim, vem a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida nesta data, exigir que o CHO seja incluído na Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e Referenciação de Medicina Intensiva e que a respetiva Unidade de Cuidados Intensivos seja instalada no Hospital de Torres Vedras, com o número de camas necessárias à sua realidade. -----

----- Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Torres Vedras.” -----

----- A *deputada municipal Rita Sammer* registou a sua perplexidade com a moção em título pois como a mesma indica, aprovaram numa sessão bastante polémica um protocolo de colaboração que está a ser acompanhado pela Comissão de Saúde e que teve várias versões até se transformar numa mão cheia de nada, porque os aspetos essenciais eram todos vinculativos. -----

----- Acrescentou que hoje constatam que lamentavelmente estavam certos nessa apreciação do valor efetivo desse protocolo que não teve nenhuma efetividade produtiva e assim assistem ao PS a fazer moções para exigir aquilo que não quiseram colocar no protocolo. O PSD vai votar a favor,

mas assinalando esta questão. -----

----- O *deputado municipal Rui Prudêncio* anotou que moção de facto diz tudo o que o PS entende sobre esta questão e que o protocolo referenciado foi celebrado entre a Câmara Municipal de Torres Vedras e o CHO, que têm, através dos seus dirigentes feito todas as diligências junto da tutela para que todo o protocolo seja cumprido. Para além disso entenderam que também esta Assembleia pode ter um papel mais interventivo e mais direto e fazer chegar à tutela a sua vontade. -----

----- Acha que é um reforço fundamental para que sejam escutados com outros ouvidos sendo o propósito desta moção que a tutela saiba que este Órgão Deliberativo defende intransigentemente a criação da UCI. -----

----- Sobre esta moção o *deputado municipal Sérgio Jacinto* transmitiu que merece todo o apoio do TnL, não fora este o único centro hospitalar com essas características que no país inteiro não tem UCI, já para não falar que ainda só há 3 meses atrás vivenciaram aquelas imagens que todos infelizmente e provavelmente tão cedo não vão esquecer. -----

----- Também sobre esta moção pronunciou-se o *deputado municipal Pedro Castelo*, referindo que o Grupo Municipal do CDS nada tem a opor, revendo-se na mesma, embora também concordando com a sinalização da deputada municipal Rita Sammer, pois aquando da aprovação do protocolo entre o CHO e a Câmara Municipal houve quem alertasse, e assim esta moção é um atestado do incumprimento do protocolo, quer seja ou não por vontade dos outorgantes pois sabem que há coisas que dependem de terceiros. -----

----- Pediu de novo o uso da palavra a *deputada municipal Rita Sammer* para recordar que na última reunião de monitorização, levantou a questão da localização da UCI, tendo a resposta sido que era “uma questão técnica” pelo que esta UCI nunca esteve verdadeiramente prevista para Torres Vedras sendo também de sinalizar que nunca ninguém disse isto. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a moção em título. -----

9 - VOTO DE PESAR: -----

----- “No passado dia 5 de março faleceu António Faustino da Silva. -----

----- Natural de Aldeia Galega da Merceana, Alenquer, onde nasceu em 1933. -----

----- A sua família veio a fixar-se em Torres Vedras quando tinha 3 anos de idade. -----

----- Toda a sua vida foi um ativo militante da causa Torriense, sobretudo nas valências política, associativa e comercial. -----

----- Efetivamente distinguiu-se sempre enquanto comerciante à frente do seu tempo e colaborou ativamente com as associações desportivas e recreativas da cidade, nomeadamente o Sport Club União Torriense e o Atlético Club Torriense, onde foi diretor e presidente. -----

----- Politicamente foi interventivo, empenhado e promotor de consensos, tendo-se distinguido enquanto militante do Partido Socialista e sobretudo como membro da Assembleia Municipal de

Torres Vedras durante 16 anos – 10 dos quais como Presidente. -----
---- Finalmente relevamos a sua personalidade, abertura de espírito e camaradagem bem como a sua permanente disponibilidade aos outros especialmente aos mais jovens. -----
---- O Grupo Municipal do Partido Socialista regista e agradece o seu mandato à frente deste Órgão e propõe um sentido Voto de Pesar seguido de um minuto de silêncio pela morte deste cidadão ilustre de Torres Vedras – e o endosso de sentidas Condolências à Família. -----
---- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o voto em título e observou um minuto de silêncio em memória do falecido. -----
---- Antes de encerrar os trabalhos foi dada a palavra à deputada municipal **Paula Mota** para fazer a defesa da honra: -----
---- “As palavras que quero pronunciar são para presidente da Assembleia, por quem tenho muito respeito no nosso concelho por tudo o que já fez, mas hoje acho que se excedeu, não sei se pelo nervosismo do que se passou nesta sessão, e sinto-me ofendida. O PS não é o único partido a defender a democracia e eu fui com 14 anos para a JCP e sinto que toda a minha vida lutei pela democracia. -----
---- Acho que era escusado, dizer o que disse, e com a responsabilidade que tem ficou-lhe muito mal. Sou uma pessoa que trabalhando no município já sofri na pele, o que é não ser do PS, não foi aos dias de hoje, mas foi há 23 anos que fizeram aquilo que não se faz a ninguém, a nenhum funcionário. -----
---- Acho que todos nós aqui temos que ser respeitados com a ideologia que temos, e se estamos aqui somos eleitos, como o presidente também foi eleito, sendo nessa qualidade que tem nos respeitar.” -----
---- Em resposta o **presidente da Mesa**, disse ter consideração pessoal pela deputada, mas as suas palavras foram ditadas pela intervenção do camarada Nozes Pires. -----
APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: -----
---- Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo. -----
ENCERRAMENTO: -----
---- Tendo-se chegado à hora regimental para encerramento da reunião e ainda não terem deliberado sobre todos os pontos agendados, o presidente da Mesa suspendeu os trabalhos os quais continuariam no dia 29 às 21.00h, conforme edital e convocatória devidamente publicitado.--
AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE ABRIL PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 27 DE ABRIL DE 2021: -----

----- Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (segundo secretário).-----

----- Estiveram presentes os deputados municipais:-----

----- Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldes, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Ana Paula Santos Mota, Maria Manuela Hortas Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, António Joaquim Espírito Santo, António José Silva Alves, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, Ana Isabel Ferreira Brandão, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins e José Augusto Nozes Pires.-----

----- Estiveram ainda presentes o presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os vereadores, Marco Henriques Claudino, Laura Maria Jesus Rodrigues, Ana Brígida A.M. C. Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas, Maria João Pinto Correia e Cláudia Horta Ferreira.-----

----- Antes de iniciar os trabalhos o primeiro secretário da Mesa informou que em substituição do presidente de junta da União de Freguesias de Dois Portos e Runa, encontrava-se presente Ana Isabel Ferreira Brandão.-----

4 - P. N.º 20/CM/2021 - PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE TAXA DE OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO HÍDRICO:-----

----- Presente ofício número 2296 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 13/04/2021 a dar conhecimento que no âmbito do quadro de transferências de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do estado, e concretizado pelo Decreto-Lei n.º 97/2018, o Município de Torres Vedras assumiu na íntegra todas as competências mencionadas neste diploma, em 2019 e que nos termos do referido diploma, é da responsabilidade da autarquia “concessionar, licenciar e autorizar infraestruturas, equipamentos, apoios de praia ou similares nas zonas balneares (...)”, bem como “criar, liquidar e cobrar as taxas e tarifas devidas pelo exercício das competências previstas no presente artigo (...)”. De acordo com a informação da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, e no

que concerne à taxa de recursos hídricos (TRH), referente à ocupação do domínio público hídrico revela-se necessário cobrar uma taxa, sendo que a APA cobrava aos titulares dos títulos de utilização de recursos hídricos o valor por metro quadrado de área ocupada de € 10,00. Nessa sequência deliberou propor à Assembleia Municipal a criação da taxa de ocupação do domínio público hídrico da titularidade do município no valor de € 10,00 (Valor idêntico ao cobrado pela APA), atentas as suas competências nesta matéria -----

----- O **presidente da Câmara** apresentou o assunto, que decorre dos trabalhos que têm sido feito no âmbito do processo de descentralização das competências de gestão das praias revelando-se necessário cobrar uma taxa referente à ocupação do domínio público hídrico, no sentido de dar corpo aos procedimentos para o início da época balnear e de toda a tramitação processual no âmbito das concessões, no valor que similar ao praticado pela APA antes da descentralização. -----

----- O **deputado municipal Sérgio Jacinto** questionou se a taxa em causa não é um acréscimo de despesa para os concessionários, ou seja, se os encargos são os mesmos, mas o destinatário passa a ser a autarquia, que o edil confirmou.-----

----- Não se registaram mais intervenção passando-se de imediato à votação. -----

----- A Assembleia Municipal atenta a sua competência prevista na alínea b), do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, deliberou por unanimidade aprovar a criação da taxa de ocupação do domínio público hídrico da titularidade do Município no valor de € 10,00.-----

----- Nesta altura o presidente da mesa deu a palavra à **deputada municipal Rita Sammer** que tinha solicitado antes do início dos trabalhos fazer um requerimento à mesa, que consistia em submeter ao plenário a seguinte proposta:-----

----- “Reversão da decisão do plenário que foi tomada na reunião anterior, e devolver ao plenário a oportunidade de refletir uma vez mais sobre o facto de não ter sido permitido à vereadora Cláudia Ferreira a defesa da honra e da sua dignidade pessoal.” -----

----- Defendeu que Assembleia Municipal é a casa da democracia, tem imenso orgulho de ser deputada na mesma, pensando que nenhum deputado quer deixar de sentir esse orgulho e solicitou uma oportunidade para fazerem aquilo que considera política e humanamente correto.-----

----- O **presidente da Mesa** informou que o pedido da deputada municipal configurava um aditamento à ordem de trabalhos, que tem enquadramento no art.º 50.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09 e que pressupunha a convergência de 2/3 dos membros. Assim, por razões de oportunidade e porque estava a confrontar o plenário com algo que seguramente não contariam, sugeriu a continuação da ordem de trabalhos e oportunamente a mesa suscitaria essa questão junto do plenário, até para dar um certo compasso de espera para que cada um reflita.-----

5 - P. N.º21/CM/2021 - PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZOS PARA FINANCIAMENTO DA REABILITAÇÃO DE

EDIFÍCIOS DESTINADOS A RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS, ATÉ AO MONTANTE DE € 361.646,18: -----

----- Presente ofício número 2300 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 13/04/2021 a solicitar a autorização em título, na sequência da deliberação tomada pelo executivo em sua reunião de 30/03/2021 em que foi iniciado o processo tendente à contratação do empréstimo, até ao montante de € 361.646,18, tendo sido consultadas diversas entidades bancárias, para apresentarem propostas tendo em conta duas vertentes: Vertente 1: Empréstimo via IFRRU 2020: Banco Millennium bcp, Banco BPI e Banco Santander, únicas entidades bancárias previamente selecionadas através de concurso público internacional para conceder empréstimos neste âmbito e Vertente 2: Empréstimo “normal”: Banco BPI, CGD, Millennium bcp, CCAMTV, Santander, Montepio, Bankinter, Novo Banco e Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo. Nesta sequência deliberou em sua reunião desta mesma data selecionar a proposta apresentada pelo banco BPI, dado ser a entidade que apresenta o *spread* e, conseqüentemente, a estimativa de gastos mais baixo, sendo a proposta economicamente mais vantajosa para o Município (€ 23.326,18) – vertente 2, empréstimo “normal”. -----

----- O **presidente da Câmara**, introduziu o assunto que surgiu da necessidade de fazer novo procedimento para contratação de empréstimo, uma vez que o anteriormente autorizado pela Assembleia Municipal foi reprovado pelo Tribunal de Contas. -----

----- O *presidente de Junta de Ponte do Rol*, **Pedro Vaza**, solicitou esclarecimentos quanto ao motivo de não ter sido aprovado pelo Tribunal de Contas, e se era normal para o valor de € 361.646,18, que não é muito elevado, o prazo seja de 20 anos. -----

----- O *deputado municipal* **João Rodrigues** interveio no sentido de questionar se o nível de endividamento da autarquia, tendo em conta a crise instalada atualmente, pela pandemia de COVID-19, e a inerente necessidade de prestar apoio às populações e aos pequenos agentes económicos que se adivinha cada vez mais premente e intensa num futuro próximo, permite colocar a residência universitária, neste patamar de importância, ao ponto de aumentar a dívida do município. Não está contra a residência universitária, apenas questiona a sua prioridade neste tempo que vivem e no que se avizinha. -----

----- O *deputado municipal* **Sérgio Jacinto** salientou a construção das residências universitárias que pensa serem muito importantes para a consolidação do ensino superior em Torres Vedras que se espera seja mais perene do que tem sido. -----

----- Tiveram experiências privadas há uns anos atrás que não correram bem mas parece que agora estão a acertar passo com o Instituto Politécnico de Leiria, e assim sendo as residências poderão ser muito importantes para a fixação dos jovens e dos estudantes universitários, sinalizando contudo que o TnL não partilha esta forma de gestão dos dinheiros públicos, e assim sucessivamente a

autarquia vai-se endividando paulatinamente para fazer obra, embora este fim - residências universitárias - tenha a sua concordância. -----

----- O **presidente da Câmara** esclareceu que o primeiro empréstimo advém de um concurso público internacional via IFRRU que tinha uma cláusula que não foi aprovada pelo Tribunal de Contas e o prazo de 20 anos é o tempo ajustado para este tipo de investimento. -----

----- Quanto às intervenções dos deputados municipais João Rodrigues e Sérgio Jacinto respondeu que são opções e esta é muito importante para a revitalização do centro histórico, -----

----- A Assembleia Municipal nos termos da alínea f), do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, deliberou por maioria de 39 votos a favor e 1 abstenção autorizar a contratação de empréstimo de médio/longo prazos ao Banco BPI para financiamento da reabilitação de edifícios destinados a residências universitárias, até ao montante de € 361.646,18 com base na informação n.º 14/DF/2021 da divisão financeira, que faz parte integrante do processo. -----

----- Anota-se que se absteve João Rodrigues. -----

6 - P. N.º 22/CM/2021 - PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - EMPREITADA PARA O RESERVATÓRIO DO AMEAL: -----

----- Presente ofício número 2065 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 6/04/2021 a remeter a para efeitos de autorização para assunção de compromissos plurianuais, o procedimento em título de acordo com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo em sua reunião de 30/03/2021, sugerindo que o montante fixado para cada ano económico apenas possa ser alterado na sequência da repartição de valores, aquando da adjudicação, ou do saldo que se apurar na execução orçamental do ano anterior e desde que, em ambos os casos, o encargo global previsto não seja ultrapassado. Montante global da despesa - € 360.000,00 + IVA - 2021 - € 104.000,00 +IVA e 2022 - € 256.000,00 + IVA. -----

----- A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na sua atual redação, deliberou por unanimidade, autorizar a assunção dos compromissos plurianuais para a empreitada para o reservatório do Ameal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras distribuídos da seguinte forma: Montante global da despesa € 360.000,00 + IVA - 2021 - € 104.000,00 +IVA e 2022 - € 256.000,00 + IVA. -----

7 - P. N.º 23/CM/2021 - PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - ALUGUER OPERACIONAL DE 4 VEÍCULOS DE RECOLHA E TRANSPORTES DE RESÍDUOS URBANOS, NOVOS E SEM USO: -----

----- Presente ofício número 2061 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 6/04/2021, a remeter de acordo com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo em sua reunião de 30/03/2021, para efeitos de autorização o seguinte:-----

----- 1. Para os efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8/6, na sua última redação, a fim de aprovar a repartição de encargos da despesa plurianual destinada ao aluguer operacional de 4 veículos de recolha e transporte de resíduos urbanos, novos e sem uso, pelo período de 6 anos, - na medida em que os veículos nestas circunstâncias oferecem uma resposta eficiente, permitem gerir a atual frota e preparar a sua reparação ou renovação, se for o caso, acrescentando ainda o facto de, ao prolongar-se o prazo as mensalidades se tornarem menos dispendiosas, pelo valor total de € 1.850.400,00 (um milhão, oitocentos e cinquenta mil e quatrocentos euros), de acordo com a seguinte repartição da despesa: a) Ano 2021: € 102.800,00 (cento e dois mil e oitocentos euros. b) Para cada um dos anos 2022 a 2026 € 308.400,00 (trezentos e oito mil e quatrocentos euros).-----

-----2. De harmonia com a alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, autorização para a assunção do compromisso plurianual nos moldes acima referidos, sugerindo que o montante fixado para cada ano económico apenas possa ser alterado na sequência da repartição de valores aquando da adjudicação ou do saldo que se apurar na execução orçamental do ano anterior e desde que, em ambos os casos, o encargo global previsto não seja ultrapassado.

----- O **presidente da Câmara** disse que se trata de operacionalizar os trabalhos dos SMAS no que se refere à renovação da frota de viaturas de recolha de resíduos urbanos.-----

----- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* questionou a que se destinam os 4 veículos, qual a compatibilidade dos mesmos com os existentes, o que se está a fazer no Parque do Paúl em termos de concentração de resíduos sólidos e ainda como se compatibiliza com as instalações da Valorsul na zona do Outeiro da Cabeça, ou seja, se estes veículos se destinam a fazer a trasfega de RSU do Paúl para o Outeiro da Cabeça. -----

----- O *deputado municipal João Rodrigues* fez notar que pelos valores encontrados no mercado, parece excessivo que 4 veículos venham com um encargo médio de € 462.600,00 por unidade, e ainda que existem veículos de diversos fabricantes que não excedem os € 100.000 por unidade. --

----- Como tal, questionou qual o tipo de contrato de aluguer, se no final do período os veículos ficam propriedade do município e se os valores referidos incluem manutenção, pois não é possível aprovar um investimento deste montante, apenas com os dados fornecidos. -----

----- A *deputada municipal Paula Mota* disse que não compreende a opção de aluguer e não de compra e questionou se o aluguer subentende carro e motorista. -----

----- O *deputado municipal Nozes Pires* subscreveu a questão do colega Sérgio Jacinto sobre o Paúl. -----

----- O **presidente da Câmara** esclareceu que a obra adjudicada pela Valorsul no Paúl visa a construção de uma Estação de Transferência, há muitos anos aguardada no concelho, ao invés do transporte para aterro como é o procedimento corrente, que incluiu um Ecocentro e uma área

destinada aos biorresíduos, importante na capacitação dos serviços para a gestão de resíduos no concelho. -----

----- Quanto à renovação da frota, a mesma visa dar continuidade ao trabalho que vem a ser feito nesta área, tendo em conta que está muito envelhecida. Neste modelo de contratação, o aluguer não incluiu motorista, mas permite gerir a atual frota numa ótica de gestão de custos controlados pois incluiu a manutenção e entenderam ser a melhor opção.-----

----- O *presidente de junta de Freguesia de Ponte do Rol Pedro Vaza* questionou se ao fim de 6 anos os veículos revertem para a Câmara Municipal e fez notar que teria visto o valor envolvido no empréstimo menos preocupante se a questão da manutenção, agora referido pelo edil constasse na informação disponibilizada. -----

----- O *deputado municipal Pedro Castelo*, disse que o pedido em causa lhe suscitou algumas dúvidas desde logo se o valor incluiu o IVA e quanto à reversão ou não para a autarquia ao fim dos 6 anos contratados.-----

----- Assim gostava que fosse disponibilizado à Assembleia Municipal mais informação referente às propostas para poderem analisar e votar em condições pelo que o Grupo Municipal do CDS irá abster-se, sinalizando ser lamentável que não tenham mais informação. -----

----- O *presidente da Câmara* informou que o valor acresce IVA e manifestou a sua disponibilidade de enviar dados mais específicos ao deputado, informando ainda que no final as viaturas não revertem para os SMAS. -----

----- O *deputado municipal Pedro Castelo* referiu e lamentou que será tarde pois a votação é agora e assim estão a prestar um mau serviço como deputados municipais. -----

----- A seguir, e não havendo mais intervenções, foi o assunto colocado à votação. -----

----- A Assembleia Municipal para os efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8/6, na sua última redação, e na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, deliberou por maioria de 28 votos a favor e 12 abstenções autorizar a repartição de encargos plurianuais da despesa e assunção dos compromissos plurianuais, destinada ao aluguer operacional de 4 veículos de recolha e transporte de resíduos urbanos, novos e sem uso, pelo período de 6 anos, - pelo valor total de € 1.850.400,00 (um milhão, oitocentos e cinquenta mil e quatrocentos euros), de acordo com a seguinte repartição da despesa: 2021: € 102.800,00 (cento e dois mil e oitocentos euros e para cada um dos anos 2022 a 2026 € 308.400,00 (trezentos e oito mil e quatrocentos euros).-----

----- Anota-se que se abstiveram José Nozes Pires, Paula Mota, João Rodrigues, Pedro Castelo, João Pedro Gomes, Sérgio Jacinto, Natalina Luis, Ana Fiéis, Dina Almeida, Marta Geraldês, Nuno Henriques e Pedro Vaza. -----

ADITAMENTO: -----

PROPOSTA N.º 29/CM/2021 - AUTORIZAÇÃO REPARTIÇÃO DE ENCARGOS - EMPREITADA - RESERVATÓRIO DO BARRO - FASE E EMPREITADA DE SETORIZAÇÃO DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – 1.ª FASE: -----

----- Presente ofício número 2783 de 27/04/2021 que de acordo com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 27/04/2021, remete para efeitos de autorização de repartição de encargos, informações relativas aos processos de empreitada abaixo identificados, sugerindo que o montante fixado para cada ano económico apenas possa ser alterado na sequência da repartição de valores aquando da adjudicação ou do saldo que se apurar na execução orçamental do ano anterior e desde que, em ambos os casos, o encargo global previsto não seja ultrapassado:-----

----- Empreitada - Reservatório do Barro - Montante global da despesa - € 280.000,00 +IVA - 2021 - € 50.000,00 acrescido + IVA e 2022 - € 230.000,00 acrescido + IVA.-----

----- Empreitada de Setorização das Redes de Abastecimento de Água - 1ª Fase - Montante global da despesa - € 149.000,00 +IVA - 2021 - € 30.000,00 acrescido + IVA e 2022 - € 119.000,00 acrescido + IVA-----

----- Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara**, que sinalizou o facto de a autorização em análise visar a abertura de procedimentos concursais de empreitadas de combate e controle das perdas de água. -----

----- Não se registaram intervenções passando-se de imediato à votação. -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8/06, na sua atual redação deliberou por unanimidade, autorizar a repartição de encargos do seguinte modo: Empreitada – Reservatório do Barro – Montante global da despesa - € 280.000,00, 2021 - € 50.000,00 e 2022 - € 230.000,00 - Empreitada de Setorização das Redes de Abastecimento de Água:1ª Fase - Montante global da despesa - € 149.000,00 - 2021 - € 30.000,00 e 2022 - € 119.000,00, todos os valores acrescidos de IVA. -----

----- Nesta altura a **deputada municipal Rita Sammer** pediu novamente a palavra para solicitar que fosse seguido o mesmo critério do aditamento à ordem de trabalhos que acabaram de aprovar, e embora compreendendo que a matéria fosse um pouco diferente, requereu à mesa que colocasse ao plenário a sua proposta. -----

----- O **presidente da mesa** explicou que incluiu nesta ordem o ponto que a Câmara Municipal pediu para aditar por razões de lógica e na continuidade de matéria afins. Dizer à mesa onde os assuntos devem ser discutidos seria retirar à mesa aquilo que é a sua normal competência.-----

----- Tendo em conta o pedido da líder social democrata, o **deputado municipal Jacinto Leandro** propôs discutirem os pontos 9 e 10 que poderiam eventualmente demorar mais tempo, seguido de um intervalo para o Grupo Municipal do PS reunir e tomar posição e depois colocar ao plenário a proposta que a colega fez. -----

----- Relativamente a esta proposta, o *deputado municipal Luis Carlos Lopes* assinalou que o grupo municipal a que pertence, queria discutir com substância os pontos 9 e 10 e se a mesa aceitar a proposta do PS não iriam ficar calados. Disse que não valia a pena protelar e se o fizessem seria porque não percebem o povo pois quem se estava a manifestar lá fora ou a ver pela internet queria este assunto discutido, propondo a imediata interrupção dos trabalhos.-----

----- O **presidente da Mesa**, disse apenas estar preocupado com a condução dos trabalhos e não se iria deixar condicionar, sob que pretexto fosse. Podia haver recurso para a Assembleia, mas tinha uma decisão tomada.-----

----- Também sobre a decisão do presidente da mesa pronunciou-se o *deputado municipal Pedro Castelo*, lamentando que a preocupação que manifestou em relação à condução dos trabalhos não tenha vindo desde a reunião anterior pois se tinha evitado este mal nefasto que fez à Assembleia Municipal, parecendo-lhe que insiste em voltar a fazer o mesmo erro. O que pretende evitar vai acontecer, vão discutir os pontos, a manifestação vai continuar lá fora e nas redes sociais, mas se entende que desta forma dignifica este órgão, seguirão esse caminho.-----

----- O *deputado municipal António Carneiro* disse que lhe era indiferente que fosse antes ou depois do ponto 9 e 10, pois nem conseguia sequer perceber a razão do PSD e do CDS estarem a levantar esta questão.-----

----- A *deputada municipal Rita Sammer* pediu de novo a palavra para clarificar que apenas tinha invocado aquilo que era a norma de acontecer nesta Assembleia Municipal. Quando há uma sugestão da alteração à ordem de trabalhos, a Mesa coloca essa proposta de admissibilidade à deliberação do plenário, tendo sido inédito hoje entrar na agenda sem tomar essa decisão. A questão de ser nesta altura ou depois surgiu apenas porque não estava a ser cumprida a norma, segundo a qual sempre se tem regido a Assembleia.-----

----- Após mais algumas intervenções sobre a questão, e tendo o deputado municipal Jacinto Leandro mantido o seu pedido de interrupção dos trabalhos, que foi aceite pela mesa, a sessão foi suspensa, tendo sido retomada 10 minutos depois.-----

----- Pediu desde logo a palavra o *deputado municipal Jacinto Leandro* fazendo notar que o Grupo Municipal do PS iria admitir a proposta à votação, adiantando também que votariam a favor o pedido intervenção da vereadora, mas não iria haver uma reversão da deliberação plenária da reunião anterior porque foi tomada no enquadramento desses trabalhos, nos quais não ocorreu, quer da parte dos membros, quer do presidente da Assembleia ou do presidente da Câmara qualquer palavra relativamente à honra da vereadora Cláudia Ferreira.-----

----- Acrescentou que a vereadora Cláudia Ferreira irá ter a oportunidade para defender a sua honra, não pelo que se passou até à deliberação do plenário, mas porque o deputado municipal Luis Carlos Lopes no decurso da sua tomada de posição, não acusou ninguém mas deixou no ar que se falava

um conjunto de situações, que não ouviram nunca da parte do edil.-----

---- Em resposta o *deputado municipal Luis Carlos Lopes* disse que o seu nome não devia ter sido aludido pois o colega quase que quis dizer que tinha sido ele o ofensor. Apenas “chamou o nome às coisas”, dizendo aquilo que todos sabiam, do que se ouvia falar e do que na reunião do Executivo se ouviu. Sendo democrata apenas pretendia que fosse exercida a liberdade de expressão.-----

---- Também em resposta a estas palavras o *deputado municipal António Carneiro* disse que tiveram preocupação nas palavras e não fizeram nenhuma acusação. Lembrou que na reunião anterior teve o cuidado de questionar deliberadamente o que estavam a votar, a resposta foi “defesa da honra” tendo o PS votado em conformidade.-----

---- Admitiu que a vereadora se sente ofendida, mas não o foi no plenário e gostaria que todos percebessem a diferença e fossem capazes de ir em frente e resolver o problema com urbanidade e com democracia, mas não aceita que o acusem de não ser democrata e muito menos de travar a liberdade de expressão. -----

---- O *deputado municipal Nozes Pires* disse não ser a favor da reversibilidade porque abre precedentes. Considerou lógica a posição tomada pelo colega Jacinto Leandro e correto que a vereadora tenha direito a usar da palavra em defesa da honra.-----

---- Ainda sobre o assunto o *deputado municipal Sérgio Jacinto* fez notar que passadas 48 horas os dados eram diferentes pelo que, como disse o colega Jacinto Leandro estavam a decidir sobre o mesmo assunto, mas sendo outra decisão. -----

VOTAÇÃO DA ADMISSIBILIDADE DA PROPOSTA - USO DA PALAVRA EM DEFESA DA HONRA DA VEREADORA CLÁUDIA HORTA FERREIRA:-----

---- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 39 votos a favor e uma abstenção a admissibilidade da proposta, para os efeitos previstos no n.º 2 do art.º 50.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação. -----

---- Anota-se que se absteve o presidente da mesa, José Augusto de Carvalho. -----

---- Defesa da honra da vereadora Cláudia Horta Ferreira. -----

---- “Relativamente ao que se passou comigo e às insinuações que foram feitas a meu respeito, manifestei-me publicamente na reunião da Câmara Municipal e está gravado. -----

---- Tive de o fazer porque tive noção e conhecimento de que estava a ser disseminado o boato, após a já referida reunião de 25 de março e não antes, de que coisas graves se passavam na obra da casa que estou a construir para morar com a minha família, de que eu me estaria a aproveitar do cargo que ocupo em benefício próprio, lesando a Câmara Municipal, de que, por haver uma coincidência de subempreiteiros, de algum modo algo de ilegal estava por mim a ser levado a cabo, sem se concretizar o porquê ou o quê e estas alegações e suspeitas estavam a ser espalhadas, no boca a boca, em telefonemas e reuniões, pelo que me vi forçada a defender-me de forma pública

sem deixar margem para dúvidas. -----

----- A honra e o bom nome não são palavras vãs, são o reflexo da minha forma de estar na vida e na política e porque a mim o silêncio não me basta, afirmo que esta situação que não criei e para a qual não contribuí, será esclarecida até às últimas consequências em sede própria, pois não admito a ninguém que ponha em causa a minha honestidade.-----

----- Hoje estou convicta que fui afastada não por um velhinho, mas talvez por um ou vários políticos da praça, que pensou, perante a acusação e o medo, eu baixaria a cabeça e me afastaria com uma espada suspensa sobre a cabeça, porque alguma coisa havia ter a esconder, pois essa pessoa não me conhece, não conhece os valores que os meus pais me passaram. A minha vida privada é tão limpa como a minha vida pública, não sou perfeita nem sou santa, mas sou séria e sou honesta e por isso não temo a verdade, porque sei que está do meu lado.-----

----- Solicitei uma auditoria à obra da Câmara Municipal ao lado da minha, mencionada pelo presidente da Câmara como fazendo parte das alegadas coisas graves e até ao momento a mesma não foi feita.-----

----- Questionei o ponto de situação na reunião do Executivo de 13 de abril e a resposta que obtive foi que o assunto estaria com os serviços. O assunto é grave, implica com a vida de uma pessoa, que sou eu, com a minha família, e implica também, se houvesse alguma coisa, com a própria Câmara Municipal, mas amanhã faz um mês desse seu pedido e da auditoria não se sabe nada, quando seria fácil ver se tudo está conforme e a ser cumprido, pois estamos a falar de uma empreitada com caderno de encargos e responsáveis de obra por parte da autarquia que a acompanham a par e passo e isso só por si é muito revelador.-----

----- Foi afirmado na passada terça-feira pelo presidente da Assembleia Municipal, que em desrespeito pelo regimento não me permitiu usar da palavra, mas da minha honra sei eu, que nunca tinha detetado da parte do presidente da Câmara a alusão a qualquer factos portanto seria somente uma questão de confiança, que nenhum dos presentes tinha ouvido o edil dizer fosse o que fosse sobre a razão a retirada de pelouros à sua pessoa.-----

----- Naquela reunião de 27 de facto não ouviram, mas ouviram em outros fóruns, outras reuniões, outras situações e contextos, em vários e outros dias e de várias outras pessoas que se encontram presentes e ausentes nesta sala, incluindo o presidente da Assembleia Municipal.-----

----- Continuei a cumprir o meu mandato fiel aos meus princípios e valores, sem nada temer mas determinada no apuramento da verdade.”-----

9 - P. N.º 25/CM/2021 - PROPOSTA DE ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS:-----

----- Presente ofício número 2059 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 6/04/2021 a remeter o documento em título para aprovação do órgão deliberativo, de acordo com o deliberado em sua

reunião de 30/03/2021, o qual foi elaborado de acordo com os princípios do Programa 1.º Direito e, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 37/2018 de 4/06, com os seguintes objetivos: Garantir a todos o acesso a uma habitação digna e adequada no concelho de Torres Vedras; Definir e programar a intervenção municipal no domínio da habitação; e Enquadrar as candidaturas a programas de financiamento para promover soluções habitacionais, com especial enfoque no 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, principal instrumento da Nova Geração de Políticas de Habitação que procura responder às prioridades nacionais, quer no que respeita a famílias em situação de grave carência habitacional, quer recorrendo a outras soluções ou instrumentos que promovam a habitação acessível. -----

---- Introduzindo o assunto o **presidente da Câmara** disse que se trata de um documento estratégico para o futuro do município de Torres Vedras no que à habitação diz respeito, e sobre o qual foi proporcionada uma reunião técnica de esclarecimentos aos deputados municipais, a dar a conhecer os múltiplos contextos em que o mesmo se insere com o único objetivo de providenciar dignidade habitacional aos que vivem no nosso território, sendo nessa dimensão e a partir da aprovação deste documento que poderão avançar para os vários modelos de financiamento, nomeadamente no Plano de Recuperação e Resiliência com financiamento a 100% para este tipo de medidas na área da habitação. -----

---- A **deputada municipal Susana Neves** reportou-se ao recente estudo da pobreza relativa em Portugal, o qual alerta para a existência de uma pobreza estrutural, que os exige repensar e focar nas necessidades mais primárias do Ser Humano, sendo a habitação uma dessas necessidades. -

---- Acrescentou que a pobreza estrutural é marcada por 3 D's: desemprego/doença/divórcio, e que a proposta em discussão, evoca a existência desta mesma pobreza estrutural e o quanto urgente é intervir sobre a mesma e alerta para as realidades de: famílias sem-abrigo; famílias sem solução habitacional alternativa diante casos de violência doméstica, divórcios e insolvências bancárias; famílias com habitações insalubres que comprometem o Estado de Saúde; famílias a residirem em sobrelotação; famílias com pessoas clínicas e cronicamente dependentes, bem como idosos, ambos com mobilidade reduzida e a exigirem habitações adaptadas e pessoas hospitalizadas sem possibilidade de regressar ao domicílio por este inadequado, provocando recusas à alta clínica. -----

---- Saliu que este plano estratégico tem na base a construção e a reabilitação urbana, através do qual o município tem a possibilidade de obter 14 milhões de investimento, sendo que existem 15 mil alojamentos no concelho de Torres Vedras com necessidades de conservação e reabilitação.--

---- Disse ainda que contesta o livre mercado do arrendamento, acreditando que terá impacto na futura Carta Urbana Municipal, e contesta o modelo da habitação social dos anos 60 aos anos 90 — os chamados bairros sociais. -----

-----Reforçou que a habitação é a estrutura de uma criança, de uma família, de uma pessoa em contexto de dependência e vulnerabilidade social, contudo este documento já responde a muito, traduzindo-se num grande princípio de habitação inclusiva e com acesso económico justo. -----

-----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* disse que esteve na reunião técnica que foi proporcionada aos deputados municipais e ficou bem impressionado com o que se pretende fazer e do qual a oradora anterior já aludiu, assim como das dificuldades inerentes à dignidade habitacional tendo em conta que o arrendamento é um mercado difícil assim como a aquisição de habitação no nosso país.-----

----- Trata-se de matéria muito importante, mas estas não são preocupações exclusivas do PS, são transversais pois não crê que haja na Assembleia Municipal ninguém que não se reveja na importância deste assunto, que os vincula a todos, salientando o facto de ser uma oportunidade de aproveitar o Plano de Resiliência e Recuperação como referido pelo edil. -----

-----O Grupo Municipal do PSD concorda com a estratégia que lhes parece correta, os técnicos tiveram rigor e profissionalismo na elaboração da mesma e vão votar a favor.-----

-----O *deputado municipal Nozes Pires* defendeu que o assunto em discussão é de suma importância, pois é um espelho da desigualdade social e subscreveu a intervenção da deputada municipal Susana Neves acrescentando que a desigualdade no concelho tem muito a ver com os salários, onde as mulheres ganham menos. -----

-----Anunciou que irá votar a favor tendo em conta que o plano tecnicamente está bem feito, se bem que politicamente talvez não vá muito longe perante a especulação imobiliária, que é muito forte também em Torres Vedras o que se afere pelo preço das casas, semelhante às grandes cidades o que não compreende e se a Câmara Municipal puder fazer um esforço no sentido de contrariar isso, como comunista é socialista do social e são mudanças como estas com que sonha. -----

-----O *deputado municipal Jacinto Leandro* começou por dizer que a habitação é um assunto que é muito querido ao PS, tem a ver com os direitos humanos, sendo um central das políticas públicas e com essa consciência o Executivo Municipal iniciou este processo envolvendo um conjunto de atores ligados às áreas sociais do concelho. -----

-----Prosseguiu indicando ser um documento onde se pretende garantir a todos o acesso a uma habitação digna e adequada no concelho de Torres Vedras, definir e programar a intervenção municipal no domínio da habitação e enquadrar as candidaturas a programas de financiamento para promover soluções habitacionais sendo esta a principal razão para a qual o plano foi elaborado e recorrendo ao Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - 1.º Direito. Esta estratégia incorpora o diagnóstico atualizado das carências existentes, as soluções habitacionais que o município pretende ver desenvolvidas, ordem de prioridade e tenta demonstrar o enquadramento da estratégia no já referido programa de apoio. -----

-----Por último disse que o Grupo Municipal Socialista se regozija com a elaboração deste documento e perspetiva a apresentação de uma candidatura abrangente e fundamentada, anotando a necessidade permanente da atualização das carências habitacionais do concelho e relevando a vantagem de serem utilizados preferencialmente para efeitos de candidatura os prédios urbanos devolutos e ou em ruínas quer do centro histórico da cidade quer dos núcleos urbanos das freguesias. -----

----- **Intervenção /Declaração de voto a favor de João Rodrigues.** -----

-----“Não é uma estratégia integrada e global, mas apenas mais um instrumento setorial para beneficiar de um programa específico para algumas famílias. Há todo um conjunto de projetos e programas, mas falta-nos uma visão de conjunto e uma real articulação entre todos.-----

----- Por não ter uma visão global, fica por saber a realidade do concelho e a globalidade dos apoios nos diversos projetos e o que vai ser feito realmente e com que investimento em todos, como habitação social projetada, apoia a rendas, rendas controladas, apoio a jovens... não se encontra uma estratégia global.-----

----- Temos dúvidas acerca da quantidade de famílias detetadas, até porque há Juntas de Freguesia que nem responderam e duvidamos que não tenham estes problemas e apenas 8 tinham dados utilizáveis. Isto suscita dúvidas sobre a necessária visão específica do terreno.-----

----- Não foram integrados no levantamento os Agrupamentos de Escolas, que têm uma visão global das carências dos seus alunos em termos de condições habitacionais, que representam 100% das famílias do concelho. -----

----- Das 30 164 famílias do concelho, este Plano vai beneficiar 185 famílias e não as 279 detetadas. São mais de 13 732 882 milhões de euros e nem abrange a totalidade dos casos detetados pelo próprio estudo. -----

----- Não se entende no Plano, que estratégia tem para habitação de emergência no âmbito da violência doméstica, referida como uma das situações problema. -----

----- Em relação aos migrantes, queda-se por um mero levantamento, mas sem concretizar soluções, sem financiamento, sem um plano e sem envolver entidades empregadoras para ir ao encontro dos trabalhadores rurais, cujo problema deve ser encarado de frente e que aqui aparece como uma referência apenas para falar do assunto sem nada de concreto propor. -----

----- Mais um documento para se falar num tema, apenas porque é eleições, mas muito insipiente e pouco integrado numa política global, em muitos dados, suportado por dados dos censos de 2011, certamente desatualizados, apesar disto terá o voto favorável.” -----

----- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* disse que a habitação e a educação são estruturantes para qualquer sociedade e a nossa não é exceção e foi referido a reunião técnica sobre este documento em discussão, que considerou bem elaborado e uma oportunidade para ser aproveitada.

Também frisou que todos sabem que as questões de emprego precário, doença, diferenças salariais de género, famílias monoparentais, minorias étnicas e comunidades migrantes, a habitação e educação são importantíssimas para a sua integração social para o chamado elevador social e para melhoria do país e da sociedade. -----

----- Lembrou que a operação censitária anterior apontou que a população do município de Torres Vedras aumentou 10% muito acima da média nacional, e assim, este Censo que decorre tem condições de revelar que ainda estão a crescer e de fixar mais população, sendo esse o caminho e para o qual têm que ter habitação, pelo que o seu voto é a favor, não só pela opção como pelo estudo e estratégia. -----

----- A Assembleia Municipal em cumprimento da alínea h) do n.º 1 do art.º 28.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação deliberou, por aprovar por unanimidade a Estratégia Local de Habitação do Município de Torres Vedras. -----

10 - P. N.º 26/CM/2021- PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES 2020-2022: -----

----- Presente ofício número 2063 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 6/04/2021 a remeter o plano em título de acordo com o deliberado em sua reunião de 30/03/2021, o qual assenta em duas componentes essenciais: 1) diagnóstico e 2) implementação e avaliação e adota uma visão multissetorial e participativa, integrando parceiros oriundos de diferentes setores e propondo-se intervir em múltiplas áreas, como é o caso da integração social e cultural, linguística, habitacional, escolar, apoio ao empreendedorismo, entre outras áreas.-----

----- Sobre este plano que também foi apresentado pela equipa técnica aos membros o **presidente da Câmara** salientou a sua importância tendo em conta a visão integradora do município das comunidades migrantes sendo nessa dimensão que entenderam desenvolver o mesmo, visando nas suas múltiplas vertentes encontrar todas as plataformas que mire a sua integração.-----

----- Também deu nota que presentemente no município existem mais de 50 nacionalidades na comunidade migrante e pretendem com este plano encontrar na política pública elementos aglutinadores que visem essas mesmas comunidades. -----

----- O *deputado municipal* **António Carneiro** saudou Câmara Municipal pela elaboração do plano em discussão e aproveitou para fazer uma referência ao Papa Francisco, cuja primeira visita foi a Lampedusa onde se encontrou com os seus irmãos e fez o mesmo no Iraque, mas infelizmente o mundo caminha noutro sentido, com um capitalismo cada vez mais selvagem, que está a provocar este terrível drama dos migrantes. -----

----- Referiu que Torres Vedras é muito pequeno para resolver este problema, mas parabernizou o Executivo pela sua humanidade e por este trabalho saudando igualmente a existência de 50 nacionalidades diferentes, numa comunidade tão pequena como a torriense. Infelizmente existem

políticos na nossa praça que assim não pensam e inclusive sugeriram a expulsão de uma deputada da Assembleia da República.-----

---- Assim aconselhou novamente a lerem as palavras do Sumo Pontífice, um santo Homem, que infelizmente vai ficando a falar sozinho. -----

---- O *deputado municipal* **Nozes Pires** concordou que chegou o momento para olhar para a realidade dos migrantes no concelho de Torres Vedras, onde a sua exploração económica é igual a outros e não podiam andar a escondê-lo. Acha bem esta preocupação e irá votar a favor.-----

---- Prosseguiu referindo o facto de a nível da habitação já estarem a ser tomadas algumas medidas e gostava de saber o que se está a fazer sobre o ensino e a cultura para os migrantes. -----

---- Na senda das palavras do colega António Carneiro disse que a ameaça que vivem hoje é o de racismo xenófobo, racista e desprezível porque repete o passado, que é representado por um partido que diria inominável e tudo o que fizeram em relação ao migrantes no concelho é uma forma de afastar alguns incrédulos dessa força política que anda a manipular a população.-----

---- A *deputada municipal* **Rita Sammer** sublinhou o facto de o plano ter o seu termo previsto para 2022, parecendo curto o horizonte temporal de 2 anos pela exigência dos objetivos estratégicos e operacionais que pode pretender alcançar e fica certamente um pouco limitado. -----

---- Quanto aos eixos considerados, quando procuram articular este plano com o plano Estratégico da Habitação que acabaram de aprovar, verificam que este se fica apenas pela fase de diagnóstico e de divulgação dos programas existentes parecendo-lhe dois anos perdidos. -----

---- No que se refere à educação deixou a sugestão de haver uma forte articulação com os agrupamentos de escolas, dado que o domínio da linguagem é um fator determinante e estruturante para a integração, e quando as crianças falam as línguas dos países que os acolhem auxiliam as famílias com esse conhecimento. -----

---- Acrescentou que os agrupamentos se debatem com problemas difíceis de resolver pois uma criança sem nenhum domínio da língua não tem uma estrutura montada que possa dar uma resposta eficaz para aprendizagem da língua portuguesa. Assim valia a pena apostar no investimento numa estrutura de apoio a nível da autarquia, sugestão que deixou para futuro. -----

---- A *deputada municipal* **Susana Neves** fez notar que a proposta de Plano Municipal para a integração dos Migrantes em discussão é a expressão mais elevada do quanto é importante o respeito pelo outro, o respeito pela diferença do outro e a importância da aculturação do mundo e da vida dos emigrantes nas nossas vidas e na nossa comunidade.-----

---- Entende que a sociedade de acolhimento e a manutenção da cultura de origem têm de ser tratadas como dimensões ortogonais e não como um jogo de soma zero, em que para uma ganhar a outra tem de perder.-----

---- Ao contrário do que a colega Rita Sammer referiu, o diagnóstico está feito e estão a discutir um

plano de ação, cujos tentáculos interventivos são claros no sentido de promover o respeito pela cultura de origem: adotar políticas formativas de combate à discriminação, pela Arte e com atividades inclusivas na sociedade; adotar parcerias locais, promovendo formações às entidades locais, entre elas o CHO e o ACES Oeste Sul para um melhor acolhimento e igualdade no acesso aos serviços de saúde; ações multiculturais em contexto escolar, promovendo a rutura com a discriminação pelo diferente e formação da língua portuguesa descentralizada: cidade/ interior e litoral que traduz sem dúvida um plano integrante e integrado.-----

---- Deu nota ainda que tiveram oportunidade de, ao dialogar com os atores profissionais deste plano, sugerir uma aproximação com o Instituto de Emprego para facilitação dos imigrantes no contexto laboral, sabendo que o acesso a um contrato de trabalho permite um acesso aos serviços da segurança social, a uma habitação condigna e a um contexto de vida mais inclusivo, a um contexto de vida mais protegido. -----

---- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* disse que a vertente da habitação da migração é matéria muito importante para o concelho e já foi dito que a questão do domínio da língua é matéria de inclusão, a falta do mesmo, matéria de exclusão.-----

---- Continuou referindo que a integração também tem a ver com o respeito, respeito da cultura e das regras e valores de quem chega, mas também e principalmente de quem está. Portugal é um país com 9 séculos de história que tem demorado muito a construir, os valores são europeus assim como a cultura, há valores que não se podem confundir, mas com respeito e bom senso cabem todos no mesmo espaço.-----

---- Também assinalou que os portugueses sempre souberam respeitar as culturas e as regras de quem os acolhe. -----

---- Realçou que o concelho de Torres Vedras em virtude da indústria hortofrutícola é atrativo para os cidadãos do sudoeste asiático e alertou que estão a ter uma abordagem migrante com diferença quantitativa no género ou seja mais migrantes do género masculino do que feminino, o que lhes poderá vir a causar algum tipo de problemas. -----

---- Na sequência da intervenção da deputada Susana Neves a *deputada municipal Rita Sammer* frisou que fez referência à dimensão operacional na área de turismo e habitação estar previsto apenas o diagnóstico e a divulgação dos programas (páginas 39 e 45) assinalando alguma inconsistência quando se transformam estes objetivos estratégicos em operacionais, e tendo em conta as metas estabelecidas para o diagnóstico de abril 2021 a dezembro de 2022, teme que pouco se avance em ações concretas no terreno. -----

---- O *deputado municipal António Carneiro* interveio no sentido de assinalar a sua incompreensão e opinião contrária ao colega sobre a predominância do género masculino de migrantes, e para acolher com agrado a sugestão da deputada municipal Rita Sammer. -----

-----A Assembleia Municipal ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do art.º 28.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação deliberou, por aprovar por unanimidade o Plano Municipal para a Integração de Migrantes 2020-2022.-----

-----**Declaração de voto a favor de João Rodrigues.**-----

-----“O Bloco de Esquerda saúda o esforço e o trabalho na identificação das necessidades dos migrantes, bem como a procura de soluções.-----

-----No entanto, depois de efetuada a leitura deste plano, ficamos a perceber que as soluções propostas são poucas ou nenhuma. Quando é referido que os migrantes carecem das necessidades básicas como habitação e trabalho dignos bem como dificuldade no acesso à saúde e educação, mas se propõem, na sua maioria, medidas de carácter lúdico e cultural é estar a atirar areia para os olhos e não querer ver o problema.-----

-----É sabido o quanto o Bloco de Esquerda valoriza a cultura e os seus trabalhadores, mas propor soluções desta natureza, como passaportes culturais e bibliotecas humanas, para resolver os problemas dos migrantes é pouco ambicioso. É claro que é preciso combater a discriminação, mas não é apenas disso que falamos quando falamos das dificuldades dos migrantes.-----

-----Para que qualquer pessoa possa apreciar a cultura, pensar em formar o próprio negócio ou participar ativamente na vida cívica precisa primeiro de ter as suas necessidades básicas asseguradas, como abrigo, alimentação, segurança, saúde. E são estas realmente as dificuldades mencionadas pelos migrantes. Mas chegamos ao fim sem perceber como estas necessidades vão ser garantidas.-----

-----Analisemos as várias dimensões:-----

-----Trabalho: O estudo revela que 53% dos migrantes trabalham com contrato de trabalho, no entanto, não refere que tipo de contratos são, qual a sua caducidade, etc. Também não procura saber em que atividades laborais trabalham os migrantes, dado importante para combater a precariedade e promover ações de fiscalização do cumprimento das leis laborais nos locais de trabalho, em conjunto com a ACT. Não aborda o trabalho no setor primário e o sazonal com todos os problemas que estão agora a ser conhecidos. Não refere programas de divulgação sobre direitos laborais aos migrantes. Não refere penalizações para empresas locais que sejam identificadas como incumpridoras da legislação laboral, por exemplo com a suspensão de contratos que possam ter com a câmara ou apoio jurídico aos migrantes em caso de exploração laboral. O emprego público poderia ser uma garantia de emancipação dos migrantes e poderia aqui ser facilitado, por exemplo, com migrantes que já tivessem adquirido conhecimentos de língua portuguesa, enquanto mediadores culturais e tradutores para aqueles que ainda não conhecessem a língua.-----

-----Habitação: Embora o estudo mencione os problemas habitacionais em que vive a população migrantes, nomeadamente más condições de salubridade, sobrelotação, e falta de opções de

arrendamento acessível), não é dada qualquer solução de emergência para pessoas que vivam em condições habitacionais insalubres. Também o remetimento das soluções habitacionais para outros programas, o que denota falta de conhecimento sobre os critérios de acesso aos mesmos, como deter cidadania portuguesa ou habitar no concelho a um número específico de anos, condições pouco prováveis de encontrar na comunidade migrantes. O Plano dito estratégico também presente nesta Assembleia é uma mão cheia de nada para os migrantes, sem propostas, sem funcionamento, sem soluções. Para além disso, os programas de apoio à habitação existentes já não são suficientes para apoiar a população portuguesa que, de forma geral, não vive com condições laborais tão frágeis como a dos migrantes. Por isso, estes não serão, com certeza, suficientes para apoiar os migrantes com salários baixos e condições de trabalho muito precárias.-----

----- Acesso a Serviços Públicos: -----

----- A meta de formar 15 profissionais locais em mediação cultural é muito insuficiente quando pensamos na quantidade de serviços públicos existentes que prestam atendimento ao público. É necessário expandir esta formação à grande maioria dos trabalhadores de serviços públicos como finanças, centro de saúde, hospital, segurança social, lojas do cidadão, escolas, etc. -----

Educação/Formação o A criação de um curso de língua portuguesa para estrangeiros é uma medida fulcral que apoiamos totalmente. No entanto, esta também peca por insuficiência com uma meta muito pouco ambiciosa de apenas 30 migrantes formados até 2022. Isto quando o concelho conta com um universo de 4.151 pessoas migrantes e apenas 30% provém de PALOP, sendo a grande maioria pessoas que nunca tiveram contacto com a língua.-----

----- O funcionamento deste curso é pouco detalhado, apenas sendo referido que será ministrado em duas localizações do concelho. Esta informação é vaga para um concelho que é só o maior do distrito de Lisboa em termos de área. Não foi equacionada a disponibilidade dos migrantes atenderem a este curso, nomeadamente averiguando as principais zonas onde vivem e a disponibilidade de transportes até ao local de formação. Como também não são conhecidas as principais atividades de trabalho a que se dedicam as pessoas migrantes será difícil construir um horário adequado para a lecionação do curso. Para além do curso de português, não foram equacionadas quaisquer outras opções de formação e especialização. -----

----- Desta forma concluímos que as soluções apresentadas neste plano, embora representem medidas positivas no combate à discriminação e integração dos migrantes, não respondem às necessidades mais básicas para uma vida digna.” -----

11 - P. N.º 27/CM/2021 - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO – NOMEAÇÃO DO/AS CONSELHEIRO/AS LOCAIS PARA A IGUALDADE E CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA PARA A IGUALDADE NA VIDA LOCAL (EIVL) - TOMADA DE CONHECIMENTO:-----

-----Presente ofício número 2060 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 6/04/2021 a dar conhecimento que no âmbito do Protocolo em título, celebrado entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e o Município de Torres Vedras, em novembro do ano transato, compete ao Município, entre outras obrigações, conceber, adotar e implementar um Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação (PMIND), alinhado com a ENIND e os respetivos Planos de Ação e aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal tendo para o efeito, a câmara municipal, em sua reunião de 30/03/2021, deliberado aprovar a nomeação das Conselheiras/os Locais para a Igualdade, conforme proposto, na informação DDS/AGSIS/5-2021 de 22/3/2021, assim: Inês Vaz – Conselheira Local para a Igualdade interna, que assume a função de ponto focal do Município para articulação regular e permanente com a CIG e ou entidade que esta venha a indicar, no âmbito do presente protocolo; Carlos Daniel Carreira – Conselheiro Local para a Igualdade externo, presidente da IPA - Associação para a Promoção da Igualdade, com competência especializada nas áreas do protocolo; Ana Umbelino – Vereadora com a coordenação do PMI e responsável por promover o assento da EIVL no Conselho Local de Ação Social (CLAS) e em outros fóruns locais existentes, nos termos legais e regulamentares a aplicar; Joana Barradas – Dirigente da Câmara Municipal da área dos Recursos Humanos; Rodrigo Ramalho – Dirigente da Câmara Municipal da área da Educação; Filipa Silva – Técnica coordenadora do Gabinete Intermunicipal de Apoio à Vítima (GIAV), com reconhecida competência técnica e especialização nas áreas de intervenção do presente protocolo; Filipa Coelho – Técnica da área social e alimentar da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Torres Vedras, representante de ONG com intervenção nos domínios da ENIND, sedeadas e a desenvolver atividade no Município e Natalina Luís – Presidente da Junta de Freguesia, representante das autarquias locais no Núcleo Executivo da Rede Social e membro da Assembleia Municipal.-----

-----O **presidente da Câmara** disse que a informação que introduz o assunto é suficientemente elucidativa e dispensa apresentação. -----

-----O **presidente da mesa** alertou para a cláusula 4.º do protocolo, que remete para o órgão deliberativo o Plano para a Igualdade e Discriminação, e para a cláusula 5.ª que prevê a integração de representantes da Assembleia Municipal que no seu entender não devia enjeitar esta oportunidade, solicitando que os líderes anotassem o mesmo. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

12 - P. N.º 28/CM/2021 - MINUTA DO ACORDO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DE GESTÃO DE PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO PÚBLICO NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 106/2018 DE 29/11 - “HOSPITAL DR. JOSÉ MARIA ANTUNES JÚNIOR - HOSPITAL DO BARRO” - TOMADA DE CONHECIMENTO: -----

-----Presente ofício número 2295 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 13/04/2021, a dar

conhecimento que na sequência do despacho de homologação do Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, datado de 05/04/2021, a câmara municipal, em sua reunião de 13/04/2021, deliberou aprovar a minuta do acordo (com proposta de alteração ao ponto 9 remetida pelo ofício número 2441 de 16/04/2021) de transferência de competências de gestão de património imobiliário público, cujo objeto e âmbito é a transferência para o Município de Torres Vedras das competências de gestão sobre o prédio integrado no domínio privado do Estado denominado comum “Hospital Dr. José Maria Antunes Júnior - Hospital do Barro”, localizado na rua Doutor Aurélio Ricardo Belo, Barro 2560-241 Torres Vedras, União das freguesias de Torres Vedras (São Pedro, Santiago, Santa Maria do Castelo e São Miguel) e Matacães, avaliado conforme relatório de avaliação que faz parte integrante do acordo, em € 4.384.651.94, nos termos do disposto do n.º 3, do art.º 5.º, do Decreto-Lei n.º 106/2018, cujo imóvel se destina a ser recuperado, tendo em vista a sua reabilitação e adaptação a fins de interesse público, designadamente a instalação do Torres Vedras Health Park for Multidisciplinary Care.-----

---- Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara** que assinalou que se trata de dar continuidade ao trabalho que têm vindo a fazer para que este património pudesse vir à posse do município no âmbito do processo de descentralização, estando agora em condições para começar a trabalhar em termos de projetos tendente a que no futuro venha a ser um espaço de excelência dedicado à saúde e para o qual foi construído há uns séculos sendo importante prosseguir este fim. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

13 - P. N.º 9/AM/2021 - RELATÓRIO ANUAL DE 2020 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TORRES VEDRAS - TOMADA DE CONHECIMENTO:-----

---- Presente ofício número 282/21 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras, de 8/04/2021 a remeter o Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras referente ao ano de 2020, no cumprimento do art.º 32º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.-----

---- O **presidente da Mesa** agradeceu ao presidente da comissão em título, Ângelo Teodoro, dando-lhe a palavra para fazer uma breve apresentação do relatório, após o que deu a palavra ao plenário para se pronunciar. -----

---- O **deputado municipal Nozes Pires** assinalou os avanços do relatório em apreço em relação ao passado, em que a pandemia desculpa algumas dificuldades. -----

---- Do mesmo salientou que há mais sinalizações, mas parece haver poucos recursos humanos, particularmente psicólogos, pois a psicologia não pode ser feita só uma vez por semana. Mostrou-se também agradado com a elaboração de um plano de Inserção dos jovens deficientes que considerou uma medida importante e de futuro.-----

---- A **deputada municipal Susana Neves** agradeceu o excelente trabalho do presidente e de toda

a comissão enaltecendo o trabalho que realizam em prol das crianças e também a taxa de esforço face ao período pandémico que vivem, bem como às inúmeras articulações institucionais até agora conseguidas. -----

---- Manifestou a sua preocupação pela realidade do número de processos reabertos, embora tenham diminuído relativamente ao ano transato, questionando se as altas subjacentes aos mesmos são sustentadas, se não foram precoces e se não deveriam ter supervisão de proximidade durante algum tempo, até porque são mais visíveis ao fim de um ou dois anos do seu encerramento.

---- Reiterou também a sua preocupação para o contínuo aumento da violência doméstica que é flagrante e transversal a todas as freguesias do concelho, questionando quais os diagnósticos sociais na sua génese. -----

---- Alertou que no âmbito do acordo de promoção, as respostas sociais no apoio psicológico às crianças é muito desproporcional no apoio psicológico às famílias e sendo a criança a soma de todas as partes da família indagou sobre uma possível articulação com terapia familiar como uma possível resposta. -----

---- Por último questionou se no apoio económico foram realizadas articulações com as medidas extraordinárias no âmbito do COVID-19 e em caso afirmativo a quantas famílias e quais os valores.

---- O *deputado municipal João Rodrigues* assinalou que não obstante o trabalho inestimável e excelente desenvolvido na proteção das crianças e jovens e o empenho dos seus elementos, este documento, ao vir à apreciação do plenário, deve ter consequências, ou seja, ao verificarem-se constrangimentos e barreiras, é imperioso que sejam colmatadas. -----

---- Considerou muito importante que os problemas sejam resolvidos e que se dote a CPCJ daquilo que efetivamente necessita pois não estão a falar de uma entidade, cujas carências se possam tolerar, estão a falar da vida das crianças mais desfavorecidas do nosso concelho e deve ser uma prioridade de todos. -----

---- O *deputado municipal Paulo Valentim* começou por defender que o modelo de organização das comissões de proteção de crianças e jovens deve ser revisto. -----

---- Anotou que existem situações como o tempo de afetação, entrada e saída de membros na comissão restrita o orçamento disponível, falta de viatura própria, volume processual e sua distribuição que constroem o seu funcionamento e em nada contribuem para o seu bom funcionamento e celeridade. -----

---- Tal como referido pela colega Susana Neves o combate à violência doméstica deve ser uma realidade, a problemática mais sinalizadas que se reflete nos relatórios anuais. -----

---- Por último deixou um reparo às entidades com representação na comissão ou que designaram representantes que não comparecem às reuniões alargadas. -----

---- A *deputada municipal Ana Fiéis* como primeiro registo positivo, disse que lhe apraz verificar

que a vinda ao plenário do Presidente da CPCJ já começou a ser uma tradição atenta a importância da comissão e como segunda nota positiva frisou que o relatório em apreço não tem nada a ver com os relatórios anteriores pois não trata as crianças por números e comporta uma explicação detalhada e mais profunda sobre o registo anual da sua atividade. -----

----- Também lhe apraz registar que na sua apresentação o Dr. Ângelo Teodoro não se esqueceu da comissão alargada que tem tido um papel importante que se reflete nos contributos dados pela CPCJ de Torres Vedras.-----

----- Deu nota ainda que o ano de 2020 foi atípico, a comissão alargada não fez muitas reuniões, mas ainda assim contabilizaram 7, bastante participadas pelos seus elementos, mas não pode deixar de assinalar a ausência sistemática de 2 dos 4 membros designados pelo órgão deliberativo, contrário ao espírito de missão e participação para quem aceitou integrar a comissão.-----

----- Verificou comparativamente com 2019, um maior volume processual, sendo seu entendimento que o problema da violência doméstica a todos deve preocupar, temática que tem que ser trabalhada a nível do concelho e onde todos devem por em prática uma responsabilidade solidária, no envolvimento e na denúncia de casos que possam envolver perigo para as crianças e jovens. -----

----- O *Presidente da CPCJ, Ângelo Teodoro* no que se refere à questão dos psicólogos explicou que hoje em dia é fácil encontrar esta resposta para as crianças no terreno, por exemplo nas escolas, juntas e IPSS, se bem que é mais complexo no que se refere aos adultos.-----

----- No que se refere ao plano local informou que só acompanham crianças até aos 18 anos e no Diagnóstico (ponto 5.5) do relatório consta um conjunto de dados muito ricos que podem ser verificados.-----

----- Considerou importante a questão que se refere à reabertura de processos, que os preocupa e que todos os anos é analisada, mas cada reabertura tem um contexto diferente. Há fenómenos que justificam em parte e têm que ter em conta o princípio da intervenção mínima, mas encaminham para uma 1.ª linha as situações que entendem ser de fragilidade.-----

----- Quanto às preocupações sobre a violência doméstica, concordou que se trata de um problema transversal no concelho e muito complexo de resolver, com diversos enquadramentos e diversas formas e por isso difícil de trabalhar, pois vai desde agressões escondidas ao longo dos anos, a violência no momento da entrega de crianças entre pais separados. Contudo há duas dimensões onde atuam: parar de imediato com a situação de exposição à violência avaliar e depois avaliar o impacto nessa criança e ativar as respostas mais indicadas. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

14 - P. N.º 10/AM/2021 - APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: -----

----- Presente informação em título datada de 22/04/2021, reportada a 19/02/2021 e 22/04/2021 que

a nível da situação financeira do município, dá nota do total de disponibilidade no valor de € 6.562.758,77 e €591.951,17 de dívidas a fornecedores. -----

-----A iniciar as intervenções sobre este assunto foi dada a palavra ao *deputado municipal Sérgio Jacinto* que referindo-se à informação sobre Obras começou por se congratular pela substituição de coberturas em fibrocimento com amianto nas diversas escolas do concelho, em obra e pelos arranjos exteriores do Centro de Artes e Criatividade – antigo Matadouro Municipal, que ficaram muito bonitos desde logo alertando para o estacionamento abusivo que ali se verifica e referenciou também a empreitada de Rede dos Percursos Pedonais de Torres Vedras, em curso. -----

-----A nível de Ambiente e Sustentabilidade questionou qual o ponto de situação da operacionalização do Centro Coordenador Operacional Municipal no Edifício Multisserviços, solicitou que quando forem facultados ao plenário os dados quantitativos do encaminhamento da reciclagem, o sejam comparativamente, para poderem aferir da sua evolução e mais uma vez alertou para a deficiente recolha de pilhas que é feita no concelho, uma lacuna gravíssima em termos ambientais. -----

----- Por último e reportou-se ao livro disponibilizado pelos SMAS a todos os deputados municipais que fala sobre a reutilização das águas residuais, uma coisa simples, bem feita e importante para a educação ambiental da questão da água. -----

----- A *deputada municipal Rita Sammer* interveio no sentido de questionar sobre informação que devia ter sido dada ao órgão deliberativo sobre o acórdão do Tribunal de Contas em que decide recusar o visto sobre a constituição da Rede Cultura 2027 Leiria – Cooperativa de Responsabilidade Limitada. -----

----- Lembrou que a Rede Cultura 2027 Leiria foi aprovada pela Assembleia Municipal, o capital social subscrito inicialmente foi de €387.830,00 no qual Torres Vedras como cooperador fundador participa com €29.480,00, e que a mesma assentou num estudo no valor de 74 mil euros, mas agora vem o Tribunal de Contas considerar os atos nulos, e assim todas as deliberações da Assembleia Municipal tomadas também são nulas. -----

----- Saliu que esta decisão é especialmente importante pois a autorização de despesa também é um negócio juridicamente nulo e acusa ainda de se ter optado por uma fuga para o direito privado, quando havia alternativas e especialmente gravoso porque acusa o estudo de não preencher os requisitos mínimos para uma tomada de decisão, projeta valores sem suporte empírico e rejeita à partida alternativas, sendo preconceituoso pois apontava para uma única solução. -----

----- No que se refere à Assembleia Municipal de Torres Vedras o acordo diz que não está provado que as deliberações tenham atendido ao “estudo”, não foi cumprida a regra da anualidade dos orçamentos e informa também que qualquer um dos vícios, preenchiam isoladamente o fundamento para a recusa do visto. -----

----- Acrescentou que o processo foi presente a reunião do Executivo, que decidiu enviar reclamação ao Tribunal de Contas, e nesse caso a questão que se coloca é quem vai pagar os custos e o que se pretende com essa reclamação, pois parece que é esta Assembleia Municipal que tem que aprovar a despesa. Ficaram também a perceber que que está a ser preparado um protocolo para executar as ações previstas em 2021 que carece de aprovação do Tribunal de Contas, parecendo-lhe um pouco afrontoso esta solução perante a recusa de visto nos termos que ocorreu.-----

----- Por fim inquiriu qual o papel da Assembleia Municipal, em todas estas tomadas de decisões que agora se alinham das quais não foi dado conhecimento ao órgão deliberativo e por fim questionou a razão de não se ter aceitado a alternativa óbvia e sugerida no acórdão, de criar de uma associação de municípios com fins específicos, que resolveria o assunto e não traria mais despesas.-----

----- O **presidente da Câmara** disse que tomou a devida nota sobre a intervenção do deputado municipal Sérgio Jacinto, mas relativamente à deputada municipal Rita Sammer esclareceu que houve consenso entre os 26 municípios face à decisão de recusa do visto do Tribunal de Contas para em termos de pronuncia, encontrarem mecanismos que permitam a continuação deste trabalho que tem como objetivo a candidatura à Cidade Europeia da Cultura - 2027.-----

----- Deu nota ainda que o assunto foi à última reunião do Executivo e depois será dado conhecimento à Assembleia Municipal das várias diligências efetuadas.-----

----- O **presidente da Mesa** apelou no sentido de que cada uma das Assembleias Municipais fossem informadas e confrontadas em consonância com a importância que o Tribunal de Contas lhes assiste no texto do acórdão.-----

----- Pediu a palavra o *deputado municipal Nuno Henriques* para referir que não há consenso, e por isso mesmo segundo informação de que dispõe haverá uma reunião entre os 26 municípios do dia 5 de maio para se estudar ainda o que se vai fazer, havendo apenas consenso em continuar.-----

----- O **presidente da Câmara** respondeu que existe o consenso para que o processo continue, assim como para contestar o Tribunal de Contas, no sentido de encontrar a solução para o futuro da rede.-----

INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS:-----

14.1 - P. N.º 11/AM/2021 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 9/11/2017):-----

----- Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela Câmara Municipal:-----

----- Ofício número 1088 de 22/02/2021.-----

----- 1 – Processo ED 374/2020 – Requerimento ED 4402/2020 – Anabela Moreira Santos Tiago – parcela de terreno, situada na Rua 8 de Setembro, em Casalinhos de Alfaiata, Freguesia de Silveira,

com a área de 140,10m² a retirar do prédio, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 5170, da Freguesia de Silveira, e inscrito na matriz rústica sob o n.º 49, secção (V) da referida freguesia, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 700,50, arredondado nos termos do CIMI, para € 710,00.

-----2 – Processo 00 1870/1964 – Requerimento 00 /4309/2020 – Jorge Silva & Reis Construções, Lda. – parcela de terreno, situada na Rua de São Marcos, em Asseiceira, Freguesia da Freiria, com a área de 14,75m² a retirar do prédio, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 941, da Freguesia da Freiria, e inscrito na matriz rústica sob o n.º 167, secção (O) da referida freguesia, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 73,75, arredondado nos termos do do CIMI, para € 80,00.-----

-----3 – Processo ED 537/2020 - Requerimento ED 6692/2020 - Madalena Valongo Lopes - parcela de terreno, situada na Rua dos Netos, n.º 32, na localidade de Casal de Vale Pereiro, em Campelos, União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, com a área de 167,00m² a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 925, da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, e inscrito na matriz sob o art.º n.º 1081, da referida Freguesia, para beneficiação da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 835,00, valor este arredondado para € 840,00, nos termos do CIMI.-----

-----4 – Processo ED 598/2020 - Requerimento ED 7505/2020 – António Jorge Gonçalves Perdigão Piçarra - parcela de terreno, situada na Rua Francisco Russo, na localidade de Varatojo, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área de 155,90m², a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 3290, da Freguesia de Santa Maria do Castelo e São Miguel e inscrito na matriz sob o art.º n.º 59, da mesma freguesia, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 779,50, valor este arredondado para € 780,00, nos termos do CIMI.-----

-----5 – Processo ED 578/2020 - Requerimento ED 7228/2020 – Mário Fernando Santos Brasil - parcela de terreno, situada na Estrada Campo da Bola, na localidade de Escravilheira, Freguesia de São Pedro da Cadeira, com a área de 19,00m² a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 4412, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, e inscrito na matriz sob o art.º 4.º, da Secção “AA” (parte), da referida freguesia, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 95,00, valor este arredondado para € 100,00, nos termos do CIMI.-----

-----6 – Processo CT 1117/2020 - Requerimento CT 8746/2020 – António Jorge Vilar Correia e Liliana L.V.C. e Sousa - parcela de terreno, situada na localidade de Carvoeira, União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, com a área de 57,50m² a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 156, da Freguesia de Carvoeira (extinta), e inscrito

na matriz sob o art.º 2.º da Secção “J”, da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, para beneficiação da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 287,50, valor este arredondado para € 290,00, nos termos do CIMI. -----

-----7 – Processo ED 322/2020/2020 - Requerimento ED /3785/2022020 – Hélder Manuel Carlos Fonseca - parcela de terreno, situada na Rua do Sol, em Santa Cruz, União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 20,00 m², a retirar do prédio urbano, descrito na conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 8055, da Freguesia de A-dos-Cunhados, e inscrito na matriz sob o art.º n.º 3113, da Freguesia de A-dos-Cunhados, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 100,00. -----

----- Ofício número 1720 de 22/03/2021. -----

----- 1 - Processo de Obras CT 990/2020 - Requerimento: CT 7733/2020 – Maria Rosário Miguel – 2 parcelas de terreno, situadas na Rua dos Moinhos, em Bombardeira, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área total de 703,52m², a retirar da parte rústica do Prédio Misto descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3269 e inscrito na matriz da sob o artigo 102, da Secção “II”, da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), distribuídas pelas seguintes áreas: Parcela 1 – Rua dos Moleiros, com 297,54m² e Parcela 2 – Rua do Moinho, com 405,98m²,

para requalificação da via pública, às quais foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 3.517,60, arredondado nos termos do CIMI, para € 3.520,00. -----

-----2 – Processo ED 510/2019 - Requerimento ED 10121/2019 – Carlos Manuel Pereira – parcela de terreno, situada na Rua Antiga, n.º 12, em Arneiros, Freguesia de Ventosa, com a área de 10,80m², a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1128 e inscrito na matriz sob o artigo 3065, da Freguesia de Ventosa, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 54,00, para requalificação da via pública, arredondado nos termos do CIMI para € 60,00. -----

-----3 - Processo OP 69/2016 - Requerimento OP 4043/2017 - TOMIX- INDUST. EQUIP. AGRIC. INDUST., LDA. - Duas parcelas terreno, situadas em Casal Chafariz, Portela da Vila, na localidade de Ameal, com a área total de 3.881,30m², a retirar dos prédios rústico abaixo identificados destinadas ao domínio público, concretamente, arruamento e estacionamento, parcelas essas, distribuídas da seguinte forma: Parcela 1 com a área de 3.770,70m², a retirar do prédio inscrito na matriz sob o art.º 21, Secção [K] da Freguesia de Santa Maria, São Pedro Matacães e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 6846, da Freguesia de São Pedro e Santiago (extinta); e Parcela 2 com a área de 110,60m², a retirar do prédio inscrito na matriz sob o art.º 22, Secção [K] da Freguesia de Santa Maria, São Pedro Matacães descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras e 2752 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres

Vedras com o n.º 6846, da Freguesia de São Pedro e Santiago (extinta), para as quais foi considerado um custo unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 19.406,50, arredondado nos termos do CIMI, para € 19.410,00. -----

----- 4 - Processo CT 106/2021 - Requerimento CT 719/2021 – João Pedro das Neves dos Santos – Cedência de parcela de terreno para afetação ao domínio público - Rua Nova da Granja - São Pedro da Cadeira - Freguesia de São Pedro da Cadeira: Revogar as deliberações de 17/04/2018 e de 12/11/2019, respetivamente, referente às cedências ao domínio público, no âmbito dos processos de licenciamento, com o n.º D4 14/2018 e n.º OP 83/2017, e aceitar a cedência de parcela de terreno para o domínio público, situada na Rua Nova da Granja, em São Pedro da Cadeira, Freguesia de São Pedro da Cadeira, com a área de 440,00m², a retirar do prédio, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 4252 e inscrito na matriz sob o artigo 3, Secção “CC”, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 2.200,00, para requalificação da via pública. -----

----- Ofício número 2062 de 6/04/2021. -----

----- 1 - Processo CT 105/2021 - Requerimento CT 547/2021 – Luís Manuel Franco Miranda – 3 parcelas de terreno, situadas na Rua Francisco Miranda, n.º 7, na localidade de Varatojo, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área total de 818,00m², a retirar do Prédio Urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 8587, da Freguesia de São Pedro e Santiago (extinta), e inscrito na matriz da sob o artigo 9742 Urbano, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, distribuídas pelas seguintes áreas: Parcela 1 – Rua dos Moleiros, com 195,00m²; Parcela 2 – Rua Francisco Miranda, com 496,00m² e Parcela 3 – Caminho sem denominação toponímica, transversal à Rua Francisco Miranda, com 127,00m², que se destinam a beneficiar a via pública, às quais foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 4.090,00.-----

----- 2 – Processo ED 514/2020 - Requerimento ED 6268/2020 – Vítor Manuel Oliveira Magoleira – parcela de terreno, situada em Feliteira, União de Freguesias de Dois Portos e Runa, com a área de 2,50m², a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 4532 e inscrito na matriz sob o artigo 447 Urbano, da União de Freguesias de Dois Portos e Runa, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 12,50, para requalificação da via pública, arredondado nos termos do CIMI, para € 20,00.-----

----- 3 - Processo CT 1126/2020 - Requerimento CT 8799/2020 – António Quintino dos Santos – 2 parcelas de terreno, situadas na Rua dos Ramos / Rua das Rosas, na localidade de Boavista, Freguesia de Silveira, com a área total de 412,00m², a retirar do Prédio, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 7370, da Freguesia de Silveira, e inscrito na matriz predial rústica, sob o artigo 138 Secção “C”, da mesma freguesia, distribuídas pelas seguintes áreas:

Parcela 1 – Rua dos Ramos, com 61,00m² e Parcela 2 – Rua das Rosas, com 351,00m² que se destinam a benefício da via pública, às quais foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 2.060,00.-----

----- 4 – Processo CT 245/2021 - Requerimento CT 1839/2021 – Vítor Luís Franco Miranda – parcela de terreno, situada em Casal Seixinho, na localidade de Fonte Grada, Freguesia de Ponte do Rol, com a área de 114,70m², a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 2384 e inscrito na matriz sob o artigo 2688 Urbano, da Freguesia de Ponte do Rol, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 573,50, para benefício da via pública, arredondado nos termos do CIMI, para € 580,00. -----

----- 5 – Processo ED 675/2020 - Requerimento ED 8579/2020 – Elisa Ângelo Afonso Simões Peralta – parcela de terreno, situada no Sítio da Raposa, na localidade de Sevilheira, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área de 152,14m², a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1525 e inscrito na matriz sob o artigo 76 Rústico, da Secção “2D”, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 760,70, para beneficiação da via pública, arredondado nos termos do CIMI, para € 770,00.-----

----- 6 – Processo ED 574/2020 - Requerimento ED 7201/2020 – Daniel Filipe Magno Laborinho – parcela de terreno, situada na Rua da Salseira, em Coutada, Freguesia de São Pedro da Cadeira, com a área de 155,60m², a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 639 e inscrito na matriz sob o artigo 173 Rústico, da Secção “M”, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 778,00, para requalificação da via pública, arredondado nos termos do ponto 2, do CIMI, para € 780,00.-----

----- 7 – Processo OP 110/2009 - Requerimento OP 2562/2020 - Luís Manuel Franco Alves - parcela de terreno, situada na Rua Principal, em São Pedro da Cadeira, Freguesia de São Pedro da Cadeira, para integrar o domínio público, com a área de 137,10m², relativo ao arruamento a executar na frente da propriedade do requerente, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 531 e inscrito na matriz da Autoridade Tributária e Aduaneira sob o artigo 16º da secção E, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 685,50, valor este arredondado para € 690,00, nos termos do CIMI.-----

----- Ofício número 2301 de 13/04/2021.-----

----- 1 – Processo CT /259/2021 - Requerimento: CT /1941/2021 - Isabel Maria Rodrigues das Neves Costa, parcela de terreno com a área de 66.70m², situada na Rua Ponte Alagoa, 3 e 5 em Ramalhal, Freguesia Ramalhal, a retirar do prédio Urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de

Torres Vedras com o n.º 3749, da Freguesia de Ramalhal, e descrito na matriz com o n.º 3590, destinada a passeio público, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 335,50), arredondado nos termos do CIMI, para € 340,00.-----

-----2 - Processo ED 674/2020 - Requerimento ED 8568/2020 – António Jorge Martins da Silva – parcela de terreno, situada na Av.ª 25 de Abril, na localidade de Zibreira, União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, com a área de 215,90m², a retirar do Prédio Rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1235, da Freguesia de Carvoeira e inscrito na matriz da sob o artigo 95 Rústico da Secção “F”, da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.079,50, para requalificação da via pública, arredondado nos termos do CIMI, para € 1.080,00. -----

-----3 – Processo ED 1/2021 - Requerimento ED 27/2021 – Bruno Manuel Adrião Gomes – parcela de terreno, situada na Av.ª 10 de Junho, n.º 47, na localidade de Arneiros, Freguesia de Ventosa, com a área de 27,00m², a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 4316, Freguesia da Ventosa e inscrito na matriz sob o artigo 5435 Urbano da Secção “P”, da mesma Freguesia, para requalificação da via pública, e à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 70,00. -----

-----4 – Processo ED 361/2020 - Requerimento ED 4281/2020 – Cannacanna, Lda. - parcela de terreno, situada na Quinta da Gaga, na localidade de Aldeia Nova, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área de 475,00m², a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 8690, Freguesia Torres Vedras (S. Pedro e Santiago) e inscrito na matriz sob o artigo 6 Rústico, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e M Matacães, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 2.325,00, para requalificação da via pública, arredondado nos termos do CIMI, para € 2.330,00.-----

-----5 – Processo ED 378/2020 – Requerimento ED 4424/2020 – Ana Elizabete dos Santos Teodoro – situada na localidade de Brejenjas, Freguesia de Silveira, com a área de 74,52m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial sob o art.º 3621, da Freguesia da Silveira, e descrito na matriz sob o artigo 122 Secção D, da mesma freguesia, à qual foi atribuído o custo unitário de € 5,00, o que perfaz um valor total de € 372,60, arredondado nos termos do CIMI, para € 380,00.-----

-----6 – Processo ED 505/2020 – Requerimento ED 6144/2020 - Miguel Cândido de Figueiredo Brás – situada na localidade de Caixaria, União das Freguesias de Dois Portos e Runa, com a área de 125,00m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 4603 da freguesia de Dois Portos e inscrito na matriz da sob o artigo 2920-P, da União de Freguesias de Dois Portos e Runa, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 625,00, arredondado nos termos do CIMI, para € 630,00.

7 – Processo ED 508/2020 - Requerimento ED 6186/2020 – Horácio da Luz – situada na Rua Campo das Flores, em Carreiras de Cima, Freguesia de Ventosa, para requalificação da via pública de 80,50m², que serão retirados do prédio rústico, com a área total 7.045m² descrito na conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 1401, da freguesia de Ventosa e inscrito na matriz sob o artigo 14º da secção M, da citada freguesia, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 402,50, valor este arredondado para € 410,00, nos termos do CIMI.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

14.2 - P. N.º 12/AM/2021 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE APOIOS A FREGUESIAS (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2018):-----

----- Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre atribuição de apoios às freguesias: -----

----- Ofício número 2064 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 4/04/2021 - deliberação do Executivo de 30/03/2021: Freguesia do Turcifal: € 6.500,00 – Desenvolvimento de projeto de arquitetura para a futura sede da Junta de Freguesia.-----

----- Ofício número 2298 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 14/04/2021 - deliberação do Executivo de 13/04/2021: União de Freguesias de Carvoeira e Carmões: € 45.000,00 - Para obras de criação do Centro de Interpretação do Teatro das Carreiras e Freguesia de São Pedro da Cadeira: € 15.000,00 - Aquisição de trator e retroescavadora (última prestação).-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Antes de terminar a sessão o **Presidente da Assembleia** disse que iria remeter à direção da Associação dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras um agradecimento pela cedência das instalações, o que teve a anuência de todos os presentes.-----

----- De seguida proferiu a seguinte intervenção:-----

----- “Esta sessão, com duas reuniões foi especialíssima e queria aqui manifestar a convicção que os nossos concidadãos, atentos, nem todos estão, responsáveis, nem todos são e identificados com o Estado de direito democrático, que nem todos estão, reconhecem em termos positivos a atividade da Assembleia Municipal que é fruto dos nossos contributos plurais, Assembleia Municipal e Câmara Municipal, isto não obstante a espaços aves de mal agouro procurarem pairar sobre as nossas cabeças. Não nos amedrontam nem nos farão desviar do cumprimento dos nossos deveres. Nós somos democratas e pluralistas, por isso não somos, nunca fomos, nem nunca seremos fascistas, um epíteto que repudiamos com a maior veemência.” -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

----- Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

----- Pelas 1.00 horas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia. -----
